

FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPÍRITO SANTO

VERÔNICA SIQUEIRA DOS SANTOS

**CRIMINALIDADE E TRAJETÓRIA DE VIDA DE REEDUCANDOS DO SISTEMA  
PRISIONAL**

VITÓRIA  
2015

VERÔNICA SIQUEIRA DOS SANTOS

**CRIMINALIDADE E TRAJETÓRIA DE VIDA DE REEDUCANDOS DO SISTEMA  
PRISIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo,  
como requisito obrigatório para obtenção do título de  
Bacharel em Psicologia.

Orientador: Prof. Dr. Alexandre Cardoso Aranzedo

VITÓRIA  
2015

VERÔNICA SIQUEIRA DOS SANTOS

**CRIMINALIDADE E TRAJETÓRIA DE VIDA DE REEDUCANDOS DO SISTEMA PRISIONAL**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo, como requisito obrigatório para obtenção do título de Bacharel em Psicologia.

Aprovado em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_, por:

---

Prof. Dr. Alexandre Cardoso Aranzedo - Orientador  
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo

---

Prof. Ms. Daniella Messa Melo e Cruz  
Faculdade Católica Salesiana do Espírito Santo

---

Psic. Joania Dantas Chiabai

Dedico este trabalho a toda minha família e amigos, obrigada  
pelo amor e apoio incondicional durante toda a minha  
formação.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço primeiramente a Deus, aquele que me ajudou a caminhar nas horas mais difíceis durante a minha formação.

Aos meus pais, Aldiger e Vera Lúcia, por serem os melhores exemplos de dedicação e amor, por não desistirem de mim.

Ao meu irmão, Vitor, pelo companheirismo.

A minha família, que são pessoas maravilhosas e sempre estão ao meu redor me apoiando.

A todo o corpo docente, em especial ao meu orientador, Alexandre Aranzedo, pelo carinho, paciência e por sempre me motivar. Registro aqui minha admiração, meu respeito e gratidão.

A minha supervisora de estágio, Joania Chiabai, pela paciência em ensinar e a sua disponibilidade em querer ajudar durante todas as entrevistas.

Aos detentos que fizeram parte dessa pesquisa. Agradeço a cada um deles pela disponibilidade o que tornou esse trabalho possível.

Aos meus amigos, que sempre estiveram do meu lado me ajudando a não desistir.

Aos meus colegas de turma, que trilharam essa longa jornada comigo e que sempre estarão no meu coração.

Obrigado a todos que me apoiaram!

“A prisão não são as grades, e a liberdade não é a rua; existem homens presos na rua e livres na prisão. É uma questão de consciência.” **(Mahatma Gandhi)**

## RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar sobre o relacionamento familiar, representação social de família e criminalidade para alguns dos reeducandos do Sistema Prisional do estado do Espírito Santo. A pesquisa foi realizada em uma unidade prisional do município de Viana, foram entrevistados dez detentos, sendo cinco que recebem a visita dos familiares e os outros cinco não tem contato com a família, com idades entre 23 a 40 anos, em sua maioria aguardando a sua sentença por delitos cometidos como homicídio, roubo e tráfico de drogas. Para a análise dos dados obtidos nas entrevistas semiestruturadas foi utilizado o método qualitativo e a pesquisa de campo. Desse modo, com os dados obtidos e os referenciais teóricos, foi possível perceber a importância do relacionamento familiar na vida desses sujeitos encarcerados, o significado de representação social para esses participantes bem como o seu processo de envolvimento com a criminalidade. Almeja-se com essa pesquisa despertar o interesse da sociedade por essa população, para que a reinserção dessas pessoas novamente no meio social seja bem-sucedida, sendo que existe um grande número desses sujeitos nos presídios brasileiros.

**Palavras-chave:** Sistema penitenciário, Criminalidade, Representação Social, Relacionamento Familiar.

## **ABSTRACT**

The present work was to analyze family and social about relationship, family representation and crime to reeducation some of the Prison System State Espírito Santo. The survey was conducted in a prison unit of Viana district, were interviewed ten detainees, including five who receive visits from family members and the other five have no contact with family, ages 23 to 40, mostly awaiting his sentence for crimes committed as murder, theft and trafficking. For the analysis of data obtained in the semi-structured interviews was used the qualitative method and field research. Thus, with the data obtained and the theoretical references it was possible to realize the importance of family relationships in the lives of incarcerated subjects, the meaning of social representation for these participants and their involvement process with the crime. It aims with this research arouse the interest of society for this population, so that the reintegration of these people back into the social environment to succeed, and there is a large number of these subjects in Brazilian prisons.

**Keywords:** Penitentiary System, Crime, Social Representation, Family Relationships.



## SUMÁRIO

|   |    |
|---|----|
| <b>1 INTRODUÇÃO</b> .....                         | 21 |
| <b>2 REFERENCIAL TEÓRICO</b> .....                | 25 |
| 2.1 CRIMINALIDADE NO BRASIL .....                 | 25 |
| 2.2 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO .....        | 28 |
| 2.3 FAMÍLIA CONTEMPORÂNEA .....                   | 33 |
| 2.4 REPRESENTAÇÃO SOCIAL .....                    | 35 |
| <b>3 METODOLOGIA</b> .....                        | 41 |
| 3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO .....                  | 41 |
| 3.2 PARTICIPANTES.....                            | 41 |
| 3.3 CAMPO DE ESTUDO .....                         | 42 |
| 3.4 PROCEDIMENTO DE COLETA DE DADOS .....         | 43 |
| 3.5 INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS.....          | 43 |
| 3.6 ASPECTOS ÉTICOS.....                          | 44 |
| 3.7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS .....       | 44 |
| <b>4 RESULTADOS E DISCUSSÃO DA PESQUISA</b> ..... | 47 |
| 4.1 RELATOS SOBRE O PASSADO DOS REEDUCANDOS.....  | 47 |
| 4.1.1 Vida antes da prisão.....                   | 47 |
| 4.1.2 Relacionamento familiar .....               | 50 |
| 4.1.3 Crime e família.....                        | 53 |
| 4.1.4 Envolvimento no crime .....                 | 55 |
| 4.1.5 Motivações.....                             | 56 |
| 4.1.6 Reflexões sobre o crime .....               | 58 |
| 4.2VIDA PRESENTE DOS REEDUCANDOS .....            | 60 |
| 4.2.1 Relacionamento familiar .....               | 60 |

|  |    |
|--|----|
| <b>4.2.2 Representação social de família</b> .....               | 61 |
| <b>4.2.3 Família como estratégia de enfrentamento</b> .....      | 63 |
| <b>4.2.4 Vivência na detenção</b> .....                          | 64 |
| <b>4.2.5 Influência da detenção na expectativa de vida</b> ..... | 66 |
| <b>4.3 RELATOS SOBRE O FUTURO PÓS-LIBERDADE</b> .....            | 67 |
| <br>   |    |
| <b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....                              | 71 |
| <b>REFERÊNCIAS</b> .....   | 75 |
| <b>APÊNDICE A</b> .....  | 82 |
| <b>APÊNDICE B</b> .....  | 83 |
| <b>APÊNDICE C</b> .....  | 84 |

## 1 INTRODUÇÃO

O incremento da criminalidade e da violência no Brasil, suas configurações e complexidades, favorece o surgimento de diversas interpretações que dificultam a obtenção de dados concretos pelos estudiosos da área (PEIXOTO; LIMA; DURANTE, 2004). Alguns estudos apontam para uma relação entre desigualdade social, criminalidade e violência urbana. Segundo Resende e Andrade (2011, p.174),

[...] trabalhos associando desigualdade de renda à violência começam a apontar para uma correlação recorrentemente significativa. Apesar dos resultados nem sempre serem convergentes, muitos trabalhos encontram coeficientes positivos e significativos para a desigualdade de renda como determinante da violência urbana, em diferentes contextos, épocas e com metodologias e dados distintos.

Entretanto, defende-se a posição de que a desigualdade social pode ser considerada como um dos múltiplos fatores constitutivos da criminalidade e violência urbana, sendo estes temas que perpassam à Psicologia, sobretudo a sua dimensão jurídica.

A psicologia jurídica vem ganhando espaço no meio acadêmico, porém sua origem é recente no que se refere à inserção do Psicólogo no sistema prisional brasileira (CESCA, 2004).

No contexto prisional, o papel que os psicólogos devem desempenhar não está definido, autonomia de cada profissional é vista como algo positivo e necessário para o cumprimento das atribuições do seu cargo.

O período de tempo que muitos sujeitos encarcerados cumprem suas sentenças dentro do sistema carcerário pode ser descrito com a ocorrência de conflitos interpessoais devido à ociosidade, preconceito, diferenças socioeconômicas, culturais, fragilização ou ruptura dos laços familiares, e, principalmente a ansiedade, pois muitos estão esperando a conclusão do seu processo criminal, gerando tensão acerca do tempo que estarão privados de liberdade.

No que se refere ao trabalho com as famílias, os psicólogos jurídicos têm um importante papel no que tange o relacionamento entre reeducandose seus familiares, visto que, em muitos casos, é através do trabalho realizado por esses profissionais que o contato se mantém, por meio de cartas, visitas assistidas e demais estratégias.

O papel da família nesses casos pode ser de grande importância tanto no enfrentamento da situação vivenciada pelo sujeito quanto pelo abandono. Através desta pesquisa foi possível ter contato com ambas às realidades, ou seja, aqueles sujeitos que recebem visita e aqueles que não, desse modo foi possível constatar que a ausência familiar afeta de maneira negativa esses sujeitos privados de liberdade “[...] por que a família é a boa lembrança que se tem do mundo da rua e o fator de perseverança quanto ao bom andamento no futuro.” (TAVARES; MENANDRO, 2008, p. 126).

A finalidade das instituições prisionais é contribuir para a ressocialização dos sujeitos que cometeram algum tipo de crime. Todavia não é essa a realidade que é vivenciada nesses contextos, e faz com que o papel desempenhado pelos psicólogos no sistema prisional seja cada vez mais difícil de ser conduzido devido às várias dificuldades enfrentadas e as novas demandas que surgem frente a sua atuação (TEIXEIRA, 2011).

Segundo Lago e outros (2009, p.490),

[...] a demanda por acompanhamentos, orientações familiares, participações em políticas de cidadania, combate à violência, participação em audiências, entre outros, tem crescido enormemente. Esse fato amplia a inserção do psicólogo no âmbito jurídico, ao mesmo tempo em que exige uma constante atualização dos profissionais envolvidos na área. O psicólogo não pode deixar de realizar psicodiagnósticos, âmbito de sua prática privativa. Entretanto, deve estar disposto a enfrentar as novas possibilidades de trabalho que vêm surgindo, ampliando seus horizontes para novos desafios que se apresentam.

No intuito de compreender as novas perspectivas da atuação do Psicólogo no sistema prisional, optou-se por fundamentar as perspectivas de análise na Teoria das Representações Sociais (TRS).

A TRS teve como pioneiro Serge Moscovici e dando continuidade aos seus estudos Denise Jodelet e demais pesquisadores. O conceito de representações sociais favorece o entendimento do por que do sujeito pensar e agir sobre determinado objeto social, sob influência do contexto sócio-histórico (ROAZZI; FEDERICCI; WILSON, 2001). Segundo Jodelet (1985) a teoria pode ser descrita como “[...] modalidades de conhecimento prático orientadas para a comunicação e para a compreensão do contexto social, material e ideativo em que vivemos.” (SPINK, 1993, p. 300). Desse modo é possível obter uma visão da subjetividade de cada participante da pesquisa que está vivenciando o momento de encarceramento.

O presente trabalho de conclusão de curso tem como objetivo geral analisar a trajetória de vida de reeducandos de uma unidade de detenção provisória do sistema carcerário capixaba, e os objetivos específicos foram investigar a representação social de família, analisar o processo de envolvimento dos reeducandos com a criminalidade, averiguar as motivações para a prática de delitos, verificar o papel da família na vida desses sujeitos e investigar a vivência no sistema prisional.

Os dados obtidos pela pesquisa poderão contribuir para promover uma nova visão acerca dos reeducandos do sistema prisional. Outras pesquisas que foram realizados com detentos mostraram a relevância desses estudos para o meio acadêmico e social, segundo Pinto e Hirdes (2006, p. 679):

A pesquisa se justifica pela necessidade de intervir nesta realidade que muitos detentos vivenciam - a institucionalização – a qual acarreta um elevado custo social e degrada os direitos humanos. Os detentos necessitam de intervenções humanizadoras capazes de condicionar um ambiente propício à reeducação, reabilitação e reinserção social.

Os psicólogos que trabalham na área judicial poderão buscar nesse estudo a motivação que os sujeitos privados de liberdade necessitam para conseguir cumprir a suas sentenças de uma forma mais adequada. Vale ressaltar que existem poucos trabalhos acadêmicos na área de psicologia que busquem como parâmetro a opinião dos sujeitos encarcerados, ou seja, esta pesquisa poderá beneficiar futuros estudiosos da área além de agregar uma nova visão sobre essa população que cresce a cada dia mais no país.



## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 CRIMINALIDADE NO BRASIL

A criminalidade no Brasil vem sendo um tema de constante preocupação para a sociedade devido ao aumento no número da população carcerária e da violência no país. O ato criminoso, pode comumente ser descrito como a violação da lei estabelecida por aquela sociedade (ROSA; CARVALHO, 2007).

No decorrer da história as pessoas que cometiam algum tipo de delito eram inseridas no sistema prisional e classificadas como detentos, internos, presos, dentre outras nomenclaturas. Porém ao longo dos anos muitos profissionais que trabalham com essa população preferem chamá-los de reeducandos, pois o principal objetivo dessas instituições prisionais seria o de retirar esse sujeito que cometeu um ato infracional da sociedade e, após o cumprimento de sua pena, o mesmo seria libertado com uma nova perspectiva de vida, retornando ao seu meio social (ROSA; CARVALHO, 2007).

Entretanto a realidade se mostra muito diferente, dentro de alguma dessas instituições não existem programas de ressocialização que orientem os sujeitos ao seu retorno a sociedade, desse modo muitos acabam retornando ao crime e sendo novamente detidos, segundo Rolim (apud GUIMARÃES; LUNA, 2013, p. 448):

Persistir no caminho que vem sendo trilhado nas últimas décadas, aplicando penas privativas de liberdade cada vez mais longas e aumentando a superlotação de presídios é, no mínimo, improdutivo como política e desumano como tratamento.

Desse modo, com um número grande de sujeitos presos nas instituições prisionais, existe uma dificuldade ainda maior no trabalho dos profissionais que tem como objetivo trabalhar com esses indivíduos novas formas de se reintegrar na sociedade, rompendo com a criminalidade de maneira definitiva. Segundo Guimarães e Luna (2013, p.443) “[...] os serviços mais eficientes são aqueles que têm como objetivo intermediário reduzir as necessidades criminogênicas.”, ou seja, reduzir tendências criminosas com a sugestão de novas alternativas de vida para o reeducando.

No Brasil houve um crescimento significativo na criminalidade e no número de pessoas sendo detidas (PEIXOTO; LIMA; DURANTE, 2004). Dentre os diversos

delitos que causam esse aumento da violência no país, podemos destacar o homicídio, o tráfico de drogas e o roubo.

O homicídio é um dos crimes contra a vida e, de acordo com o Código Penal de 1940, art. 121 (BRASIL, 1940, p. 29), esse delito é descrito como:

#### Homicídio simples

Art. 121. - Matar alguém:

Pena - reclusão, de 6 (seis) a 20 (vinte) anos.

#### Caso de diminuição de pena

1º- Se o agente comete o crime impelido por motivo de relevante valor social ou moral, ou sob o domínio de violenta emoção, logo em seguida a injusta provocação da vítima, o juiz pode reduzir a pena de um sexto a um terço.

#### Homicídio qualificado

2º- Se o homicídio é cometido:

I- mediante paga ou promessa de recompensa, ou por outro motivo torpe;

II- por motivo fútil;

III- com emprego de veneno, fogo, explosivo, asfixia, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que possa resultar perigo comum;

IV- à traição, de emboscada, ou mediante dissimulação ou outro recurso que dificulte ou torne impossível a defesa do ofendido;

V- para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime:

Pena - reclusão, de 12 (doze) a 30 (trinta) anos.

#### Homicídio culposo

3º - Se o homicídio é culposo:

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos.

#### Aumento de pena

4º - No homicídio culposo, a pena é aumentada de um terço, se o crime resulta de inobservância de regra técnica de profissão, arte ou ofício, ou se o agente deixa de prestar imediato socorro à vítima, não procura diminuir as conseqüências do seu ato, ou foge para evitar prisão em flagrante. Sendo doloso o homicídio, a pena é aumentada de um terço, se o crime é praticado contra pessoa menor de 14 (catorze) anos.

5º- Na hipótese de homicídio culposo, o juiz poderá deixar de aplicar a pena, se as conseqüências da infração atingirem o próprio agente de forma tão grave que a sanção penal se torne desnecessária.

Existem dois tipos de homicídio, o homicídio culposo que acontece quando o sujeito não tem à intenção de matar, e o homicídio doloso, quando o sujeito planeja matar (GREGO, 2013).

Outro delito que é interessante comentar seria o tráfico de drogas, o mesmo é descrito e punido de acordo com a Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006 que preconiza que:



Art. 33. Importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar:

Pena - reclusão de 5 (cinco) a 15 (quinze) anos e pagamento de 500 (quinhentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I - importa, exporta, remete, produz, fabrica, adquire, vende, expõe à venda, oferece, fornece, tem em depósito, transporta, traz consigo ou guarda, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, matéria-prima, insumo ou produto químico destinado à preparação de drogas;

II - semeia, cultiva ou faz a colheita, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, de plantas que se constituam em matéria-prima para a preparação de drogas;

III - utiliza local ou bem de qualquer natureza de que tem a propriedade, posse, administração, guarda ou vigilância, ou consente que outrem dele se utilize, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar, para o tráfico ilícito de drogas.

§ 2º Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga: (Vide ADI nº 4.274)

Pena - detenção, de 1 (um) a 3 (três) anos, e multa de 100 (cem) a 300 (trezentos) dias-multa.

§ 3º Oferecer droga, eventualmente e sem objetivo de lucro, a pessoa de seu relacionamento, para juntos a consumirem:

Pena - detenção, de 6 (seis) meses a 1 (um) ano, e pagamento de 700 (setecentos) a 1.500 (mil e quinhentos) dias-multa, sem prejuízo das penas previstas no art. 28.

§ 4º Nos delitos definidos no caput e no § 1º deste artigo, as penas poderão ser reduzidas de um sexto a dois terços, ~~vedada a conversão em penas restritivas de direitos~~, desde que o agente seja primário, de bons antecedentes, não se dedique às atividades criminosas nem integre organização criminosa.

O tráfico de drogas pode ter alguns fatores ambientais determinantes que levam o sujeito a se envolver, como por exemplo, o fato de parentes e amigos já associados ao crime, uma forma mais fácil de conseguir respaldo financeiro, como meio de sustentar o próprio vício, com o intuito de melhorar a vida dos seus familiares, pouca escolaridade restringindo assim as oportunidades de trabalho. Desse modo percebemos que muitos desses sujeitos não tiveram oportunidade de almejar algo diferente do meio social e familiar onde estavam inseridos: “[...] o tráfico de drogas, apesar de sua ilegalidade, torna-se uma opção entre poucas alternativas [...] Desde cedo, participam de uma sociabilidade que idolatra, teme e protege o traficante de droga.” (FARIAS; BARROS, 2011, p. 537).

O delito caracterizado como roubo é descrito pelo Código Penal de 1940, art. 157 (BRASIL, 1940, p. 41) como:

Art. 157. - Subtrair coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la, por qualquer meio, reduzido à impossibilidade de resistência:

Pena - reclusão, de 4 (quatro) a 10 (dez) anos, e multa.

1º - Na mesma pena incorre quem, logo depois de subtraída a coisa, emprega violência contra pessoa ou grave ameaça, a fim de assegurar a impunidade do crime ou a detenção da coisa para si ou para terceiro.

2º - A pena aumenta-se de um terço até metade:

I - se a violência ou ameaça é exercida com emprego de arma;

II - se há o concurso de duas ou mais pessoas;

III - se a vítima está em serviço de transporte de valores e o agente conhece tal circunstância.

IV - se a subtração for de veículo automotor que venha a ser transportado para outro

Estado ou para o exterior;

V - se o agente mantém a vítima em seu poder, restringindo sua liberdade.

3º - Se da violência resulta lesão corporal grave, a pena é de reclusão, de 7 (sete) a 15 (quinze) anos, além da multa; se resulta morte, a reclusão é de 20 (vinte) a 30 (trinta) anos, sem prejuízo da multa.

Ao se falar sobre roubo existe a possibilidade de caracterizá-lo como um furto, que seria pegar algo que não lhe pertence, adicionado com a violência ou ameaça contra a vítima (GREGO, 2013), portanto os sujeitos que cometem esse tipo de ato criminoso buscavam o ganho financeiro através do delito e tiveram que fazer uso de violência física contra os donos dos objetos em questão.

Na sociedade capitalista onde vivemos muitas pessoas são valorizadas por aquilo que possuem e não por aquilo que fazem ou pensam (FARIA; BARROS, 2011), dessa forma alguns indivíduos acabam se envolvendo na criminalidade com o objetivo de poder obter de maneira mais simples tudo o que almejam, mesmo que para isso tenham que colocar a vida de outra pessoa em risco.

## 2.2 SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

É importante fazer um resgate histórico do sistema carcerário brasileiro neste estudo, pois mostra o ambiente em que os participantes da pesquisa estão inseridos e como o mesmo se constituiu. Segundo Tavares e Menandro (2008, p.340) “a penitenciária e a pena de reclusão têm sido alvos de constantes discussões nos

últimos anos, sobretudo no tocante à superpopulação e à ineficiência, que se apresentam como problemas aparentemente insolúveis [...]”, assim é necessário entender esse processo de construção do sistema carcerário brasileiro, como ocorreu à mudança que possibilitou o começo dos muitos avanços que aconteceram no sistema penal.

Alguns artigos relatam que só é possível relatar sobre o sistema penitenciário no Brasil a partir da fase do império, tendo por base inicial o código penal de 1891, antes disto era tudo muito inóspito (GARUTTI; OLIVEIRA, 2012).

Em 1830, após a independência começou a construção de uma legislação adequada à nação brasileira, principalmente para afastar o domínio dos colonizadores e a sua opressão (DULLIUS; HARTMANN, 2011), porém não foi o que aconteceu, pois os escravos ainda eram os mais prejudicados, Garutti e Oliveira (2012, p. 21) relatam um exemplo da ineficácia do Código Penal e a posteriori do Código de Processo:

Ao Código Penal seguiu-se o Código de Processo (1832). Entretanto, apesar de serem considerados Códigos brilhantes, houve leis de retrocesso, como a de 10 de junho de 1835, a qual dispunha que crimes cometidos por escravos contra homens livres deveriam ser julgados por um júri, após um breve processo e, sendo condenado, seria executado, sem direito a recurso algum. Essa lei vigorou até 1886, quando foi revogada, delegando novamente para o juiz a formação da culpa, que esta atribuíra às autoridades policiais.

Assim em 1890, sob a influência da Proclamação da República de 1889, é necessário que haja um novo governo com um sistema penal melhor formulado, um dos principais pontos relevantes a partir da criação do 2º Código Penal foi à abolição: “[...] que a pena de morte foi devidamente abolida dando espaço a um regime penitenciário de caráter correcional, com fins de ressocializar e reeducar o detento” (VIOTO, 2008, p. 18).

Em 1940 regia o país o pensamento de Estado Novo durante o governo de Getúlio Vargas, ocorrendo à publicação da consolidação das leis penais, completado com leis modificadoras, chamado de Código Penal Brasileiro (DULLIUS; HARTMANN, 2011). Apesar das melhorias o mesmo sofreu algumas alterações como forma de preencher algumas lacunas, de acordo com Garutti e Oliveira (2012, p. 25):

Durante o governo do Presidente Jânio Quadros o magistrado Nélson Hungria foi encarregado da elaboração de novo projeto de Código Penal, tendo-o apresentado ao governo em oito de dezembro de 1962. Seus dispositivos foram amplamente discutidos nos meios jurídicos nacionais (faculdades de direito, Ordem dos Advogados do Brasil, dentre outros), culminando, por fim, na promulgação do Código Penal, mediante Decreto-lei

nº. 1.004, de 21 de outubro de 1969. Após inúmeros adiamentos para sua entrada em vigor, foi revisado, promulgado e retificado pela Lei nº 6.016 de 31 de dezembro de 1973. O Código Penal de 1969 teve sua vigência até final revogação pela Lei nº 6.578, de 11 de outubro de 1978.

No ano de 1984, ocorreu a criação de uma lei que possibilitava a regulamentação de classificação e individualização das penas, procurando fornecer ao apenado a possibilidade de resguardar os seus direitos e definir quais seriam os seus deveres (DULLIUS; HARTMANN, 2011).

A grande alteração no sistema penitenciário brasileiro, visando minimizar os grandes problemas carcerários e principalmente como tentativa de redução da população carcerária, só aconteceu em 1984 com o advento da lei nº 7.210/84, de 11 de julho de 1984, pela qual foi instituída a Lei de Execuções Penais, que está em vigor atualmente. (GARUTTI; OLIVEIRA, 2012, p.26).

Para Cruz, Souza e Batitucci (2013, p. 1309), “O contexto da década de 1980 coincide com a mudança de patamar do estado de bem-estar [...]”, ou seja, o governo da época queria proporcionar ao sistema penal uma base mais humanitária, voltada para a reinserção desse detento na sociedade como meio de proporcionar tratamento correccional digno ao mesmo, portanto a reincidência desses sujeitos tenderia a diminuir gradualmente. Porém não foi isso que acabou acontecendo por que surgiu uma forte pressão sobre o sistema judicial para que obtivesse resultados imediatos, segundo Garland e Wacquant (2001) citado por Cruz, Souza e Batitucci (2013, p. 1309):

Este cenário compromete diretamente a realização dos propósitos das políticas públicas de recuperação do criminoso, visto o contraste entre as ações voltadas para a humanização do sistema e para inserção do apenado na sociedade versus o aumento vertiginoso da população carcerária e pressão pelo aprofundamento das práticas punitivas.

Houveram várias tentativas de se conseguir alcançar uma reformulação das leis de execuções penais, porém devido ao fato de que cada estado era responsável por sua própria legislação, criava-se um impasse. Enquanto isso muitas pessoas defendiam a criação de novas penitenciárias para a inserção do grande aumento da população carcerária. Segundo Garutti e Oliveira (2012, p. 27) existiam pessoas que foram em uma direção contrária à citada anteriormente, um movimento onde:

[...] a lei de execuções penais nº 7.210/84 estabeleceu cinco pontos fundamentais de classificação dos estabelecimentos prisionais:

- a) Penitenciária – destinada aos condenados à pena de reclusão, em regime fechado (Art. 87);
- b) Colônia Agrícola, Industrial ou Similar - são estabelecimentos construídos para abrigar os presos de justiça cujo cumprimento da pena seja em regime semi-aberto (Art. 91);

c) Casa do Albergado - destina-se aos presos de justiça cujo cumprimento de pena privativa de liberdade seja em regime aberto e a pena de limitação de final de semana. Nesses estabelecimentos os presos trabalham normalmente durante o dia e recolhem-se à noite (Art. 93);

d) Hospital de Custódia e Tratamento Psiquiátrico - são estabelecimentos destinados aos inimputáveis e semi-inimputáveis (Art., 99), ou seja, as pessoas portadoras de doença mental ou desenvolvimento mental incompleto ou retardado, desde que comprovado que o agente era portador dessa doença quando da prática da transgressão criminal e que era inteiramente incapaz de entender o caráter ilícito do fato. (Art.26);

e) Cadeia Pública - são estabelecimentos prisionais construídos próximos de centro urbano destinado a presos provisórios, ou seja, antes da sentença condenatória definitiva (Art.102);

Houve grandes avanços no sistema penal brasileiro, muitos desse com o intuito de humanizar o tratamento prestado a população carcerária, porém atualmente muitas coisas precisam ser vistas e corrigidas: “[...] atenuar os problemas da aplicação da pena privativa de liberdade e preparar o detento para o retorno à vida pregressa, de tal maneira que seja possível a convivência pacífica na sociedade” (CRUZ; SOUZA; BATITUCCI, 2013, p. 1321). Portanto, uma pena sendo cumprida de maneira justa e toda uma preparação para que o indivíduo retorne a sociedade é de extrema importância, desse modo quem ganha é a própria população que “[...] deveria ser a primeira interessada em providenciar espaço e êxito social para o preso, já que o próprio público tem muito a perder com a prática de novos delitos, quando da reincidência do preso” (PINTO; HIRDES, 2006, p.680).

A unidade penal onde foi realizada a pesquisa foi em um Centro de Detenção Provisória do estado do Espírito Santo, a finalidade desses espaços seria o recebimento dos presos provisórios, sendo ainda o presídio de entrada e classificação para os demais estabelecimentos do sistema penitenciário (COYLE, 2002). O contato com os familiares é por meio de cartas e através das visitas de parlatório, lugares onde existe um vidro entre o detento e a pessoa que está visitando e a conversa é por telefone, essas visitas acontecem de 15 em 15 dias com duração de 15 minutos. A pesquisa procura saber a visão que o detento tem sobre a representação social da família e a importância que a mesma possui na vida do sujeito, desse modo a entrevista vem pra mostrar a opinião do detento acerca dessa falta de contato com seus parentes.

A família dos detentos pode ser vista pelos mesmos com uma visão de ódio, de indiferença, saudade ou até de arrependimento, sendo esses sentimentos expressos durante as visitas. Existem as famílias que apóiam os reeducandos e os mesmos

retribuem essa confiança e carinho e aquelas famílias que acabam por abandonar o apenado, pois não acredita que o mesmo tenha possibilidade de mudança (PINTO; HIRDES, 2006). Vale ressaltar que as visitas que o preso recebe dos seus familiares é um dos únicos contatos reais que o mesmo possui com o mundo exterior, assim é um dos poucos momentos de que o sujeito tem de fugir da realidade que está vivendo.

A psicologia começou a ganhar espaço no sistema penitenciário, em 1984 com a Lei de Execução Penal (LEP) foi promulgada, surge um ideal ressocializador e humanizador da prisão (CHIES, 2013), o profissional de psicologia e vários outros especialistas (psiquiatras, assistentes sociais, etc.) foram convocados para integrar uma equipe multiprofissional denominada Comissão Técnica de Classificação (CTC), de acordo as Referências Técnicas para a Atuação das(os) Psicólogas(os) no Sistema Prisional (2012, p. 45):

“[...] Segundo a LEP, em seu artigo 5º, a CTC tem a incumbência de classificar os apenados, segundo os seus antecedentes e personalidade para orientar a elaboração do programa individualizador da execução da pena. [...] Desse modo, a LEP marcou oficialmente o lugar do psicólogo no contexto da execução penal com a função de perito para subsidiar o juiz nas suas decisões de concessão ou não da progressão de regime e do livramento condicional [...]”

Porém com o passar dos anos houve um aumento do número da população carcerária fazendo com que o exame criminológico ficasse cada vez mais difícil de fazer devido ao grande número de sujeitos (GARUTTI; OLIVEIRA, 2012), assim o mesmo acabou assumindo uma prática contínua de aplicar exames criminológicos como uma atividade exclusiva e rotineira, não realizando trabalhos que possibilitassem ao detento uma reflexão acerca do delito cometido nem com a reinserção do apenado na sociedade. Segundo Foucault (1999) citado por Benelli (2004, p. 244) a técnica do exame criminológico, “supõe um mecanismo que liga um certo tipo de formação de saber a uma certa forma de exercício de poder [...]” (1999,p.). De acordo com Cruces (2010, p.144):

O fim do exame criminológico, definido pela reforma da LEP, e o papel dos psicólogos no sistema prisional têm sido uma preocupação do Departamento Penitenciário Nacional (DEPEN) que, com o apoio do Conselho Federal de Psicologia (CFP), produziu as Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro.

Existem muitos manuais que auxiliam os psicólogos que estão inseridos no sistema penitenciário mais o que se percebe é que ao longo de vários anos os profissionais de psicologia trabalharam nesses espaços seguindo seus estilos próprios devido a

pouca abordagem acadêmica dirigida a esse campo da psicologia. O Manual de Diretrizes e Procedimentos Psicologia no Sistema Penitenciário do Estado do Espírito Santo (2009, p.7) explica assim a missão dos psicólogos:

[...] É trabalhar através de uma escuta, a problemática da subjetividade implicada na lógica do aprisionamento, colaborando no âmbito da justiça através da elaboração de relatórios e pareceres na avaliação das condições psicológicas dos presos (as)/internos (as), assim como promover através da observação e do desenvolvimento intelectual, projetos que contemplem efetividade nos contextos individuais e coletivos, visando sempre a reintegração social.

A atuação do psicólogo é importante por que permite um contato com o reeducando pautado no sigilo e na confiança, proporcionando um vínculo que poderá gerar no sujeito pensamentos acerca do delito cometido e como será o retorno do mesmo a sociedade após ter sido preso. O trabalho realizado com o apenado se dá por meio de “atendimento psicológico, atendimento psicoterapêutico, diálogo, acolhimento, acompanhamento, orientação, psicoterapia (humanista) breve, psicoterapia de apoio, atendimento ambulatorial, entre outros [...]” (CFP/CREPOP, 2009, p. 19). Sendo que esses atendimentos se dão por meio de demanda espontânea, sugestão da própria família ou os próprios agentes penitenciários que fornecem ao psicólogo os nomes dos sujeitos que necessitam.

Já a atuação do psicólogo com os familiares vem demonstrando ser uma forma de possibilitar o fortalecimento dos laços familiares e também como meio de orientar as famílias que procuram ajuda, nos relatos de alguns psicólogos que trabalham na área aparecem referências a diferentes modos de atuação com os familiares: entrevistas, orientações, acolhimento e escuta, psicoterapia e atendimentos para compartilhar informações (ibid., p. 20). Segundo as Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro (2007, p. 68):

[...] consideramos que a nova prática psicológica pode estar voltada para o fortalecimento ou empoderamento do indivíduo: propiciar ao detento o conhecimento de suas capacidades, ajudá-lo a apropriar-se do cumprimento de sua pena, ou seja, levá-lo á reflexão para construção de projeto de vida, contribuir para a manutenção e o fortalecimento dos vínculos familiares, entre outras ações.

## 2.3 FAMÍLIA NA CONTEMPORANEIDADE

A família pode ser considerada como um dos pilares da formação de um cidadão, pois se trata das primeiras pessoas que o sujeito começa a conviver e trocar

experiências, assim à criação da sua identidade pessoal depende muito desse contexto familiar onde o certo e errado é orientado por aqueles que são responsáveis pela criação do sujeito (GARCIA; PILLON; SANTOS, 2011).

Segundo Drummond e Drummond Filho (apud PRATTA; SANTOS, 2007, p.248):

O grupo familiar tem um papel fundamental na constituição dos indivíduos, sendo importante na determinação e na organização da personalidade, além de influenciar significativamente no comportamento individual através das ações e medidas educativas tomadas no âmbito familiar.

A importância do papel da família na vida dos indivíduos vem sendo abordada por diversos autores, além das mudanças no que tange o conceito do que é família para os atuais estudiosos do tema. Antigamente o núcleo familiar era descrito como pai, mãe e filhos, ou aqueles que possuíam o mesmo sangue, mais na atualidade muitas mudanças vem acontecendo no que concerne o significado de família, sendo assim, existem inúmeros padrões familiares e para conseguir entender o individuo em sua totalidade é preciso compreender o contexto familiar no qual o mesmo foi criado (NASCIMENTO; TEODORO; CARVALHO, 2012).

A adaptação a essas mudanças que acontecem na sociedade aparecem refletidas nas famílias, que são obrigadas a se adaptar a essas novas demandas da sociedade, segundo Pratta e Santos (2007, p. 251): “[...] estas adaptações estão relacionadas, são próprio processo de desenvolvimento das famílias que, como um grupo, também passam por fases evolutivas ao longo do seu ciclo vital.”

Quando nos referimos a esse contexto familiar percebemos que ao longo dos anos essa relação vem se desgastando, e está acontecendo de maneira gradual um enfraquecimento nas relações familiares devido à valorização da individualidade, segundo Sarti (1997, p.43) “A afirmação da individualidade sintetiza o sentido das mudanças atuais, o que tem implicações evidentes nas relações familiares, fundadas nos princípios da reciprocidade e da hierarquia [...]”. Sendo assim, os sujeitos precisam se sentir parte daquele ambiente familiar por que ele irá determinar as relações futuras do mesmo com a sociedade, dessa forma é importante que ocorra um relacionamento entre os membros de afeto, segundo Pratta e Santos (2007, p.250):

[...] pode-se dizer que é no interior da família que o indivíduo mantém seus primeiros relacionamentos interpessoais com pessoas significativas, estabelecendo trocas emocionais que funcionam como um suporte afetivo importante quando os indivíduos atingem a idade adulta.



Essas relações familiares de afeto são relatadas em diversas pesquisas que visam destacar o ponto de vista dos detentos sobre essa relação com a família, dentre elas se destaca a pesquisa realizada por Pinto e Hirdes (2006, p.681) que explica dessa forma essa relação:

A família dos detentos é uma ligação que os apenados têm com o mundo exterior. A visita dos familiares é o tema que freqüenta todas as suas conversas, pois prezam esse momento de encontro com sua família como o mais importante de suas vidas. A família pode resgatar o indivíduo da marginalidade, desde que seja bem estruturada. Por outro lado, famílias desestruturadas, cujos pais já vivem na marginalidade, fatalmente levam os filhos à marginalidade.

Quando a família do reeducando promove a valorização daquele sujeito, comparecendo as visitas e sempre reforçando que está do seu lado, cria possibilidades de que o indivíduo tenha perspectivas de futuro quando for solto e que cumpra a sua sentença com maior tranqüilidade (ROSA; CARVALHO, 2007).

Desse modo, a população carcerária se divide naqueles que possuem o apoio familiar e os que não têm contato com seus familiares, sendo assim a representação social de família para cada tipo de reeducando pode variar devido a esse suporte emocional que alguns não têm acesso.

## 2.4 REPRESENTAÇÃO SOCIAL

O precursor deste termo que fez surgir um novo campo na psicologia social foi Serge Moscovici, o conceito de representação para o mesmo pode ser explicado como “[...] tentar compreender não somente o que as pessoas pensam de um objeto, cujo conteúdo possua um valor socialmente evidente e relevante, mas também como e por que pensam daquela forma.” (ROAZZI; FEDERICCI; WILSON, 2001, p. 58). O mesmo iniciou suas pesquisas através do campo da Psicanálise e teve como primeira obra, *La psychanalyse son image et son public* (1961, 1976) que relatava sobre as representações sociais da sociedade parisiense em meados dos anos de 1950 (SÁ, 1996).

Mais precisamente, no caso da representação social da psicanálise, o problema era ver como, através da assimilação dos conceitos psicanalíticos, os sujeitos sociais construiriam uma nova realidade da vida psíquica, a sua e a dos outros. As noções provenientes da psicanálise – o “inconsciente” ou os “complexos”, por exemplo – tornaram-se categorias do entendimento e da linguagem, exprimindo, para aqueles que a usam, uma evidência imediata (HERZLICH, 2005, p. 59).

Moscovici procurava criar um conceito que estivesse em uma posição neutra entre a psicologia e a sociologia, portanto o mesmo buscava as representações que são formadas através da subjetividade de cada sujeito, porém não perdendo as suas características sociais (CASTRO, 2002). O sociólogo Émile Durkheim foi de grande importância na estruturação da teoria de Moscovici, pois foi um dos primeiros a apresentar o conceito de representação coletiva que tem como característica principal “[...] a sua exterioridade às consciências individuais. Ela é sempre construída coletivamente, não é fruto da elaboração de cada indivíduo isolado, mas sim da união de todos em cooperação” (ARAÚJO, 2008, p. 101). Portanto a representação coletiva acreditava que um fenômeno como a cultura ou a religião não podiam ser explicados em termos de sujeito, pois são produtos de uma comunidade ou povo (ALEXANDRE, 2004).

Desse modo Moscovici dissente da teoria proposta por Durkheim e elabora o conceito de representação social, segundo Sá (1995) citado por Araújo (2008, p. 102):

[...] as representações coletivas eram vistas, na sociologia durkeimiana, como dados, como entidades explicativas absolutas, irreduzíveis por qualquer análise posterior, e não como fenômenos que devessem ser por eles próprios explicados. À psicologia social, pelo contrário, segundo Moscovici, caberia penetrar nas representações para descobrir a sua estrutura e os seus mecanismos internos.

De acordo com Farr (1995, p. 44), Moscovici acreditava ser mais adequado “[...], num contexto moderno, estudar representações sociais do que estudar representações coletivas.”, assim, a teoria de Durkheim teria maior utilidade em explicar sociedades menos complexas já que as sociedades modernas possuem uma maior agilidade em se redefinir, ou seja, estão em constante processo de mudança tanto na política como na própria cultura, e a representação social com essa função de conseguir extrair do sujeito sua subjetividade possui uma visão contemporânea.

No nosso cotidiano nos deparamos com diversas situações, e para que enfrentemos determinados tipos de acontecimentos buscamos conceitos e significados que possam elucidar nossas dúvidas. Segundo Wagner (1994, p.150) “Na teoria das representações sociais, o fenômeno em questão é da ordem dos diferentes tipos de teorias populares, senso comum, [...] que chamamos de representações sociais.”,

assim essa teoria nada mais é do que a junção de saberes alcançados através das interações sociais que produzem sujeitos pensantes, que tem opiniões próprias.

Devido à teoria defender o senso comum como uma forma de ampliar os conhecimentos obtidos bem como a sua característica polimorfa, Moscovici demonstrou certa resistência quanto a definir precisamente o que seria a teoria das representações sociais, pois acreditava que ao fazer isso ele estaria de alguma forma reduzindo o seu alcance conceitual (SÁ, 1996). Para Moscovici (1976) citado por Ribeiro (2009, p.13):

[...] as proposições quanto à estrutura das representações são configuradas ao longo de três dimensões: a informação “se refere à organização dos conhecimentos que um grupo possui a respeito de um objeto social” (p.66); o campo de representação “remete à idéia de imagem, do modelo social, ao conteúdo concreto e limitado das proposições acerca de um aspecto preciso do objeto da representação” (p.67); “a atitude termina por focalizar a orientação global em relação ao objeto da representação social” (p. 69).

Com a definição dessas três dimensões da representação social dentro de determinado grupo, o próximo passo será o de descobrir a estruturação do mesmo e assim possibilitar uma análise comparativa entre grupos, determinando características presentes em cada sociedade (ALVES-MAZZOTTI, 2008).

Na teoria das Representações Sociais é possível perceber a evidência de dois processos responsáveis por sua formação e que estão atrelados: a objetivação e a ancoragem.

Para Lima (2006, p. 59) o processo de objetivação “[...] Define-se como uma operação imaginante e estruturante, ou seja, o sujeito faz corresponder coisas às palavras, transforma conceitos em imagens ou dá corpo a esquemas conceituais.”, portanto esse processo pode ser explicado como uma forma de tornar algo abstrato em algo real, tornar o pensamento em um objeto palpável.

Este processo implica três etapas: primeiramente, a descontextualização da informação através de critérios normativos e culturais; em segundo lugar, a formação de um núcleo figurativo, a formação de uma estrutura que reproduz de maneira figurativa uma estrutura conceitual; e, finalmente, a naturalização, ou seja, a transformação destas imagens em elementos da realidade (SPINK, 1993, p.306).

Já o processo de ancoragem, segundo Araújo (2008, p.107) “[...] vai dar, àquilo que é estranho ao grupo, uma ligação à representação social já existente.”. Para Alves-Mazzotti:

[...] diz respeito ao enraizamento social da representação à integração cognitiva do objeto representado no sistema de pensamento preexistente e

às transformações que, em consequência, ocorrem num e noutro. [...] de sua inserção orgânica em um pensamento constituído.

A partir desses autores é possível compreender o processo de ancoragem como sendo uma forma de designar a um objeto estranho um significado, ou seja, é o de conseguir dar sentido e associar aquilo que lhe é desconhecido a algo já existente (ARAUJO, 2008).

Dentro da teoria das representações sociais existem três dimensões: a atitude, a informação e o campo da representação.

A atitude corresponde à orientação global, favorável ou desfavorável, ao objeto da representação. A informação se refere à organização dos conhecimentos que o grupo possui a respeito do objeto. Finalmente, o campo de representação remete à idéia de imagem, ao conteúdo concreto e limitado de proposições referentes a um aspecto preciso do objeto, e pressupõe uma unidade hierarquizada de elementos. Essas três dimensões da representação social fornecem a visão global de seu conteúdo e sentido (ALVES-MAZZOTTI, 2008, p. 24-25).

A atitude pode ser considerada a dimensão mais importante, pois é através dela que o grupo define determinado objeto de representação, a informação se constitui através do conhecimento social difundido dentro de determinado grupo, promovendo um mesmo saber sobre determinado objeto e o campo da representação remete a uma dimensão singular de cada grupo, através da análise dessas dimensões é possível definir os grupos e as suas representações.

Abric (1994) citado por Sá (1996, p. 44) explica que a representação social possui algumas finalidades, e existem algumas funções que são essenciais dentro desta teoria:

Funções de saber: elas permitem compreender e explicar a realidade [...]. Funções identitárias: elas definem a identidade e permitem a salvaguarda da especificidade dos grupos [...]. Funções de orientação: elas guiam os comportamentos e as práticas [...]. Funções justificatórias: elas permitem justificar a posteriori as tomadas de posição e os comportamentos.

A função de saber é aquele difundido pelo senso comum, portanto as pessoas que integram a comunicação social, sendo assim uma forma de conseguir compartilhar o conhecimento entre o grupo como meio de difundir o saber. A função identitária define a identidade tanto pessoal como a do grupo, portanto a representação tem função de fazer com que esse indivíduo se situe no que já está sendo estabelecido pelo controle social a que está inserido. As funções de orientação permitem observar no contexto social aquilo que é lícito, proporcionando ao o indivíduo o conhecimento daquilo que se deve fazer e do que é proibido dentro de dado contexto. E por fim as

funções justificatórias que permitiria ao sujeito justificar o seu comportamento após o mesmo ter ocorrido.

Nesta pesquisa busca-se, através de entrevistas com os participantes, descobrir a representação social de família para detentos do Centro de Detenção Provisória do Espírito Santo com o objetivo de alcançar a opinião de um grupo muitas vezes ignorado e marginalizado pela sociedade, e a utilização da teoria construída por Moscovici será fundamental na construção deste trabalho acadêmico.



### 3 METODOLOGIA

#### 3.1 DELINEAMENTO DO ESTUDO

O método utilizado nesta pesquisa foi o qualitativo e a pesquisa de campo, segundo Goldenberg (2002, p. 53):

Os dados qualitativos consistem em descrições detalhadas de situações com o objetivo de compreender os indivíduos em seus próprios termos. Estes dados não são padronizáveis como os dados quantitativos, obrigando o pesquisador a ter flexibilidade e criatividade no momento de coletá-los e analisá-los.

Dessa forma a utilização deste método nesta pesquisa possibilitou ao pesquisador uma análise mais abrangente acerca das respostas dos participantes que permitiu que a subjetividade do sujeito aparecesse sem a necessidade de ser quantificada, sem essa limitação foi possível explorar a fundo a opinião dos participantes já que o sujeito vive em constante processo de aprendizagem e mudança de idéias e de sentimentos (OLIVEIRA, 2009), assim as respostas obtidas durante as entrevistas semiestruturadas puderam ser aproveitadas sem que se percam dados importantes expostos pelos entrevistados.

Esse método possibilitou ao pesquisador maior liberdade quanto ao que acreditou ser de relevância para a pesquisa durante as entrevistas, ou seja, as interpretações obtidas através do instrumento de coleta de dados não foram quantificadas, pois desse modo se obteve maiores informações acerca de um tema tão relevante quanto este retratado no trabalho.

#### 3.2 PARTICIPANTES

Os participantes selecionados para a pesquisa foram dez reeducandos do sistema carcerário com faixas-etárias variando de 23 a 40 anos, de um dos Centros de Detenção Provisória do Espírito Santo, devido à característica do campo de estudo, oito sujeitos são presos provisórios, ou seja, ainda estão aguardando a sentença e os outros dois participantes já receberam sentença.

A maioria dos participantes não sabe quando irá ocorrer o seu julgamento e só tem contato com os seus familiares de 15 em 15 dias, durante quinze minutos num local

chamado parlatório onde ocorrem as visitas ao detento que conversam por um telefone e vê o seu familiar através de um vidro, assim não ocorre nenhum tipo de contato físico entre a família e o reeducando.

Dos cinco participantes que recebem visita a grande maioria dos familiares são os seus pais, irmãos e esposas sendo que os mesmos sempre comparecem aos dias de visita, ou seja, buscam não faltar. Já os outros cinco participantes que não recebem visita, existem vários fatores relacionados que impedem a ida da família ao presídio, alguns deles seria a distância que a família reside, o desinteresse dos familiares em relação ao detento e alguns participantes não sabem o motivo do fim das visitas por parte dos seus parentes.

Em relação à vida antes de serem detidos, todos os participantes estavam trabalhando, sendo as profissões vigilante, vendedor, pintor, lavrador, montador de PVC, dois trabalhavam como ajudantes de panificação, ajudante de pedreiro e ajudante de cozinha.

Em relação aos delitos cometidos, três participantes foram presos por tráfico de entorpecentes, cinco por homicídio e dois por roubo, sendo que em vários depoimentos os sujeitos relatam não terem cometido o delito ao qual estão sendo mantidos encarcerados. Conforme a tabela de dados sociodemográficos (APÊNDICE A).

### 3.3 CAMPO DE ESTUDO

Esta pesquisa foi realizada em um Centro de Detenção Provisória do Estado do Espírito Santo, esse espaço possui como principal característica ser um local de passagem, já que o detento aguarda a sua sentença nessa unidade prisional até que o juiz avalie o caso e julgue a responsabilidade do acusado pelo delito, caso seja condenado o preso será transferido para outra unidade prisional para que cumpra a pena.

Dentro dessa instituição existe vários setores que auxiliam no bem estar físico e mental dos detentos como a enfermagem em caso de doenças, o setor de serviço social para contato com os familiares dentre outras demandas e o setor de psicologia responsável por fazer atendimentos psicológicos bem como prontuários com



informações detalhadas de cada sujeito, nesta pesquisa foi utilizado à sala de atendimento psicológico na realização das entrevistas.

### 3.4 PROCEDIMENTO DE COLETAS DE DADOS

Foi estabelecido, num primeiro momento, contato com a psicóloga do Centro de Detenção Provisória a fim de verificar a possibilidade de realizar esta pesquisa com os detentos. Para isso foi apresentado ao diretor da unidade prisional um termo explicando sobre o projeto da pesquisa, e afirmando que todos os participantes serão preservados quanto a suas respostas. Após a aceitação, as entrevistas foram realizadas com os participantes, os instrumentos foram aplicados individualmente no local durante um período de meia hora com cada sujeito, sendo que o horário e a data foram determinados pela psicóloga responsável pelo setor de acordo com as normas de segurança do presídio.

### 3.5 INSTRUMENTO DE COLETA DE DADO

O instrumento de coleta de dados foi um roteiro de entrevista semi-estruturada sendo realizada de maneira individual com cada participante como meio de proporcionar privacidade e deixar o mesmo confortável, as perguntas serão abertas e realizadas verbalmente numa ordem já estabelecida, porém poderão ser acrescentadas novas perguntas como forma de esclarecer dúvidas que possam surgir (LAVILLE; DIONNE, 1999).

Por meio desse instrumento foi possível estabelecer uma liberdade maior ao entrevistador para a coleta dos dados devido ao fato que as entrevistas semi estruturadas permitem a inserção de novas perguntas, as perguntas tiveram como objetivo pesquisar: a visão do participante sobre o significado de família, a forma que o mesmo começou a cometer os delitos que o levaram a ser preso, a vida do reeducando dentro do presídio, dentre outras questões, conforme descrito no APÊNDICE B.

### 3.6 ASPECTOS ÉTICOS

Nesta pesquisa os participantes foram os reeducandos de um Centro de Detenção Provisória do Estado do Espírito Santo que contribuíram de maneira voluntária mediante um termo de Consentimento Livre e Esclarecido (APÊNDICE C) presente neste trabalho, o mesmo contém, além dos objetivos e procedimentos realizados na pesquisa, que todas as informações que foram fornecidas pelos participantes serão utilizadas somente para fins acadêmicos bem como será mantido o anonimato dos sujeitos e o sigilo quanto as suas respostas fornecidas nas entrevistas, vale ressaltar que os mesmos não tinham a obrigatoriedade de responder as perguntas bem como poderiam desistir da pesquisa a qualquer momento. Como forma de preservar os participantes foram utilizados nomes fictícios relacionado as suas respostas na pesquisa.

### 3.7 ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DE DADOS

As entrevistas realizadas com os reeducandos foram transcritas, analisadas e interpretadas seguindo a técnica de análise de conteúdo proposto por Bardin (2011, p. 50) que explica sobre o processo que ocorre entre pesquisador e participante durante as entrevistas:

A análise de conteúdo, por seu lado, visa o conhecimento de variáveis de ordem psicológica, sociológica, histórica etc., por meio de um mecanismo de dedução com base em indicadores reconstruídos a partir de uma amostra de mensagens particulares.

Portanto o conjunto de entrevistas teve como objetivo buscar os diversos pontos de vista individuais de sujeitos que estão em situação de encarceramento mediante um mesmo assunto, a significação subjetiva da família, a forma que cada um vive dentro do sistema penitenciário, o que levou os mesmos a praticarem os delitos bem como a vida deles antes da detenção, dentre outros assuntos abordados. Assim, buscou-se entender os vários pontos abordados nas entrevistas através da teoria das Representações Sociais. O conceito de Representação Social seria o de que cada ser humano possui uma subjetividade e uma opinião acerca de um determinado objeto, porém esses pensamentos individuais foram construídos graças ao meio social, ou seja, a sociedade influencia o sujeito a criar as suas próprias idéias subjetivas (ARRUDA, 2002). Já a definição defendida por Denise Jodelet busca

mostrar que o individuo é um ser social, portanto mesmo que o individuo tenha sua própria subjetividade ela só foi possível graças a sua inserção dentro da sociedade, assim sendo a opinião individual é uma importante ferramenta no meio social onde o sujeito está inserido, pois trabalha a comunicação e compreensão entre as pessoas (SPINK, 1993). Enquanto Moscovici buscava obter uma visão do individual, Jodelet buscava ter um conhecimento acerca da representação coletiva.



## 4 RESULTADO E DISCUSSÃO DA PESQUISA

### 4.1 RELATOS SOBRE O PASSADO DOS REEDUCANDOS

#### 4.1.1 Vida antes da prisão

No que tange a vida dos participantes antes da prisão, quatro participantes discorreram sobre a sua relação com o mundo do trabalho sendo que os mesmos atuavam de maneira formal ou informal. Dessa forma é possível observar que apesar de terem sido detidos por algum tipo de delito os sujeitos desenvolviam atividade laboral, conforme relatado por Antônio.

[...] trabalhei de vários empregos na cidade inclusive até de zelador, empregado doméstico, eu trabalhei, já vendi churrasquinho, já vendi melancia no meio da rua, peixe, já fiz de tudo um pouquinho trabalhando né (Antônio).

Apesar de ter realizado diversos tipos de trabalho, na história de Antônio prevalece o trabalho informal, sendo descrito como aquele emprego que o sujeito não possui carteira assinada nem documentos que comprovem que o indivíduo possui vínculo profissional, dessa forma o trabalhador informal não tem acesso a determinados benefícios que respaldam o empregado (NORONHA, 2003).

Verifica-se ainda o caso de reeducandos que atuavam no mercado formal, no ramo da engenharia, como observado na história de Gilberto “antes de ser detido eu trabalhava numa empresa de engenharia lá no porto de Vitória [...]”. Outro participante trabalhava em um banco, “Eu trabalhava no Banestes e apesar de trabalhador só queria curtição [...]” (Hércules).

Os trabalhos formais são aqueles em que o empregado possui a carteira assinada e possui vários benefícios garantidos por lei. No Brasil é possível perceber que existe um grande número de pessoas que trabalham na informalidade o que gera no país uma perda considerável de recursos, por exemplo, um sujeito que monta uma empresa informal não paga impostos o que gera uma perda para a economia do país (NORONHA, 2003).

Existem profissões formais que muitos acreditam que sejam informais, devido a sua falta de informação sobre o referido emprego, como Elias que desde jovem começou a trabalhar como jogador de futebol:

Minha vida era uma vida dedicada ao meu futuro, sai de casa com doze anos de idade pra jogar futebol, joguei até os vinte e oito anos incompletos, fui profissional aos dezessete anos, rodei o Brasil todo e foi um sonho realizado pra mim e pra minha família [...] (Elias)

O futebol mostra-se como sonho almejado por muitos jovens carentes devido aos altos salários que esses esportistas recebem além do status que essa profissão gera, porém são poucas as oportunidades que esse tipo de trabalho oferece.

Vale ressaltar que apesar do nome, o trabalho informal é tão válido como o formal, sendo desse modo uma opção do sujeito decidir o que melhor lhe convém no âmbito profissional.

Ambos os contratos, “legais” ou “informais” (ou melhor, como ou sem registro) podem ser entendidos como legítimos. A escolha ou a aceitação de um ou outro demanda uma complexa avaliação que inclui noções de direito, justiça, ética bem como conveniências pessoais. (NORONHA, 2003, p.121).

Desse modo não é o objetivo da pesquisa julgar qual a melhor forma de estar trabalhando no Brasil e sim mostrar como que alguns dos detentos estavam incluídos no mercado de trabalho antes de terem sido presos e que o trabalho sendo formal ou informal possui legitimidade no âmbito da justiça brasileira.

Em relação ao uso de drogas lícitas ou ilícitas a maioria dos participantes relatou não fazer uso de entorpecentes.

[...] nunca usei droga, sempre trabalhei, sempre tive uma vida de estudante entendeu sou muito conhecido na minha cidade entendeu. (Antônio)

Não usava bebidas, não usava drogas, cigarro de maneira alguma só trabalhava ia pra casa [...] (Carlos)

Bruno foi o único que expôs sobre o seu envolvimento com as drogas, relatando que num primeiro momento fez uso do álcool e depois a situação foi se agravando até chegar ao uso de drogas ilícitas como a maconha e o crack.

[...] eu achava que bebida era normal mais quando eu fui ver eu já estava além do normal, eu já tinha passado do grau maior ai não teve mais como me conter mais, mais eles sempre falavam comigo davam conselhos para parar de beber, para parar de usar drogas, mesmo assim quando eu comecei a beber existiam as drogas também ai eu comecei a usar drogas. (Bruno)

No Brasil é possível perceber que o consumo de drogas ilícitas é menor do que as drogas lícitas devido ao fato que esta pode ser consumida em diversas locais sem o critério punitivo por lei atribuído as drogas ilícitas. Assim foi constatado que os efeitos gerados pelas bebidas alcoólicas podem ser tão destrutivos quanto às drogas que são proibidas para consumo, portanto deveriam ser criados mecanismos de defesa

ao consumidor no que tange a publicidade dessas drogas lícitas (MORETTI-PIRES; CARRIERI; CARRIERI, G., 2008)

Em alguns casos a ocorrência de uso de drogas pode ser um fator contributivo para a inserção ou manutenção das pessoas em situação de rua, “[...] morava um tempão lá em Vila Rubim usando drogas e bebendo brigando às vezes apanhando às vezes batendo [...]” (Bruno)

Vale ressaltar que o meio social onde o sujeito está inserido em muitos casos pode influenciar o uso dessas substâncias psicoativas, segundo Schenker e Minayo (2005, p.715) “As representações sociais que levam à adesão ou à condenação dependem do contexto sociocultural”. Bruno vivenciava um contexto social onde o uso de entorpecentes era de fácil acesso e utilizado livremente por outros indivíduos, enquanto Gilberto relatou ter sido influenciado por sua companheira a usar drogas novamente.

[...] conheci uma mulher lá que usava droga e voltei a usar drogas e comecei a mexer com o crime novamente e agora estou hoje preso.  
(Gilberto)

Esse tema amplamente abordado durante as entrevistas foram às relações familiares, nessa categoria vamos abordar como eram essas relações antes dos sujeitos terem sido detidos pela polícia. Muitos autores entendem a família como o primeiro nível social que se apresenta para o sujeito, ou seja, o início das relações sociais começa com a família e a trajetória que o indivíduo busca construir começa a se formar a partir disso (PRATTA; SANTOS, 2007).

Alguns participantes relataram morar no interior e ter uma boa convivência com os seus familiares:

[...] vindo de uma família humilde né família criado na roça né não tivemos assim uma vida de luxo né sempre trabalhamos assim para ter o necessário pra se vestir e comer (Antônio)

De acordo com Fonseca (2005, p.50) “Para os grupos populares o conceito de família está ancorada nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua”.

Por outro lado, Fábio alegou não ter recebido essa ajuda: “[...] dependia da minha família pra algumas coisas minha mãe tem uma padaria tipo eu ia pedir ajuda ela às vezes ela não ajudava tinha vez que ela ajudava [...]”.

Em contrapartida Elias relatou ter essa ajuda mútua no qual ele também ajuda os pais:

[...] sempre procurei o meu melhor o melhor pra mim o melhor pra minha família sempre ajudei meus pais sempre ajudei minha família essa foi minha vida entendeu então por isso que hoje eu sou tranquilo [...] (Elias)

Alguns dos participantes disseram que o envolvimento com o crime teve como motivador o contexto familiar no qual estavam inseridos, como o exemplo de João que disse não ter uma boa relação com o pai e que o mesmo freqüentemente o agredia, além de que quando era muito jovem já tinha contato com o crime através dos seus primos:

[...]meu pai era uma pessoa muito violenta para o meu lado era muito rígido me batia muito entendeu? Ai por ele ser uma pessoa assim eu creio eu que influenciou um pouco eu entrar pro crime por causa que eu queria fugir do meu pai que me batia muito como é que se diz [pausa] a lição dele era bater num tem? Eu não tinha dialogo com ele não num tem com ele era tudo na porrada me colocava de joelho no carço de milho em casa, a partir daí eu só ficava na rua nem ficava mais dentro de casa só chegava de madrugada em casa e me envolver com o crime junto com meus primos. (João)

Já Iago perdeu a mãe quando era muito jovem e foi criado por um pai alcoólatra: “[...] minha mãe já vivia doente chegou a falecer meu pai era alcoólatra, aqui na cadeia penso que isso me levou a mexer com tráfico entendeu? Parece que foi mais por motivo familiar que eu me envolvi com o crime” (Iago).

Essa relação entre o envolvimento no crime e a família proporciona vários questionamentos, um deles seria o de que o nível de renda de cada grupo familiar muitas vezes é prejudicado devido a particularidades do sistema econômico, social e político serem pouco eficazes fazendo com que essas famílias não tenham renda nem para atender suas necessidades básicas, assim muitos sujeitos buscam no crime possibilidades de mudar o contexto social que estão vivenciando (CARVALHO; ALMEIDA, 2003).

#### **4.1.2 Relacionamento familiar**

No que tange a categoria relacionamento familiar, vimos que ao longo da pesquisa como os participantes se referem aos seus familiares e qual a visão dos mesmos sobre a família. Alguns sujeitos relataram ter uma boa convivência familiar:

“Muito bom nosso relacionamento familiar, é muito bom minha família, é muito unida entendeu [...] nos tinha aquela união graças a Deus e com a



minha família convivência boa entendeu, né não tenho do que reclamar da convivência com a minha família.” (Antônio)

No trecho acima podemos perceber o vínculo afetivo de Antônio com a sua família, essa união relatada demonstra uma forte ligação entre os membros daquele núcleo familiar. Segundo Nascimento, Teodoro e Carvalho (2012, p.2), “Desde os tempos mais antigos a família corresponde a um grupo social que exerce forte influência sobre a vida das pessoas [...]”. Apesar de ter uma boa convivência familiar, Antônio não seguiu os conselhos que a sua família lhe oferecia, sendo assim mesmo tendo forte influência na vida do sujeito, por vários motivos a família muitas vezes não consegue fazer com que a pessoa mantenha-se afastado da criminalidade.

É importante observar que um dos principais motivadores que levaram Antônio ao mundo do crime foi à necessidade de proporcionar a família uma vida de conforto. Portanto o caminho “mais fácil” e com retorno financeiro imediato foi começar a se envolver com o tráfico de drogas.

[...] a vida que a gente teve humilde eu sempre tive um sonho assim de comprar uma casa pra minha família entendeu (choro) e me envolvi achando que poderia através do meu envolvimento comprar uma casa para a minha mãe, pra minha família e deu errado [...] me envolvi como forma de ajudar minha família e com uma proposta de ganhar um dinheiro a mais, eu me envolvi e entrei sem noção do que eu tava fazendo e do nada, quando eu pensei que não, já tava envolvido já no meio e cai já na prisão[...].” (Antônio)

Uma das perguntas feitas aos reeducandos foi se os seus familiares tinham conhecimento dos seus atos criminosos, a maioria dos participantes relatou que a família tinha conhecimento e muitas vezes tentavam orientar que os sujeitos abandonassem o mundo do crime, como nessa fala “Tinha, eles se sentiam mal né, davam conselho, mais entrava num ouvido saia no outro” (Iago).

Na maioria dos casos os familiares não apoiavam a forma que os reeducandos estavam vivendo, porém devido a esse laço familiar que os unia, os mesmos não abandonaram os detentos.

Apesar de serem conscientes, alguns familiares acabavam se beneficiando com o dinheiro que era obtido de maneira ilícita, pois muitos reeducandos se colocam numa posição de principal provedor financeiro da família (CONTE et al, 2007). Assim existia uma mescla de sentimentos como preocupação de que algo possa acontecer com o reeducando bem como de desamparo econômico, como na fala de João:

“Eles sabiam e se sentiam mal por que não podiam fazer nada, tipo já sabiam que eu tava envolvido, viam eu chegando em casa de carro

construindo a casa, ai eles não podiam fazer nada só me davam conselho pra mim sair dessa vida mais já era tarde.”

Normalmente a perda do pai que representa a figura paterna foi citada durante as entrevistas com os participantes e é possível perceber que essa ausência é sentida pelos sujeitos, segundo Benczik (2011, p.68) “[...]a interação entre pai e filho é um dos fatores decisivos para o desenvolvimento cognitivo e social, facilitando a capacidade de aprendizagem e a integração da criança na comunidade.”. Daniel não chegou a conhecer o pai e foi criado pela mãe, porém ela veio a falecer quando ele ainda era pequeno e o mesmo passou a viver com uma família adotiva:

“Pai pai mesmo eu não tive, fui criado pela minha mãe mais ela morreu cedo entendeu? E eu tava com uns oito anos pra nove anos mais ou menos e tenho um padrasto e outros irmãos por parte de mãe, mais o meu pai mesmo eu não conheci, logo quando minha mãe morreu eu fui morar com esses pais meus de criação, tem mais de vinte anos que eu moro com eles.”  
(Daniel)

Assim como a ausência da figura paterna é sentida, existem também aqueles participantes que não puderam exercer o seu papel de pai devido a conflitos com a mãe de seus filhos, é importante ressaltar que “A presença paterna na família é diferente e complementar à materna. A falta de um modelo na educação, masculino ou feminino, implica quase sempre um desequilíbrio naquele que é educado.” (BENCZIK, 2011, p. 73). Para Elias a falta de contato com os filhos criou um distanciamento que não pode ser recuperado:

“[...] com meus filhos infelizmente eu não pude ter essa aproximação sabe? Tentei várias vezes, não tive como ter essa aproximação com os meus filhos, eu nunca pude ser pai de verdade entendeu? Eu nunca pude ser pai de verdade, infelizmente eu não pude.”

Vimos também que o relacionamento familiar é o primeiro passo na vida do sujeito em relação ao seu desenvolvimento social (PRATTA; SANTOS, 2007). Desse modo é através do diálogo entre os membros daquele grupo familiar que o sujeito irá tendo modelos de como socializar com outras pessoas. Fábio relata não ter uma boa interação com os seus familiares, sobretudo quando o mesmo se encontra em regime interno fechado:

“O relacionamento era bom, normal, só que eu falei não tinha muito dialogo, principalmente depois que meu pai faleceu que eu fui preso [...] os relacionamento assim com a família era normal quando eu tô bem lá na rua, que eu to trabalhando a família ta junto, quando eu caio numa situação difícil, a família vira as costas.”

A importância do ambiente onde os sujeitos estão inseridos desde quando eram crianças e adolescentes deve ser considerado, pois o papel da família é de: “[...]”

garantir a sobrevivência da espécie, proporcionar suporte afetivo e emocional, dispor de ambiente adequado à aprendizagem e transmitir os valores culturais da sociedade. (NASCIMENTO; TEODORO; CARVALHO, 2012, p.5).

João relata ter sofrido agressões físicas por parte do pai como forma de defender a mãe quando ainda era um adolescente: “[...] meu pai bebia e ficava discutindo com a minha mãe e eu sempre entrava no meio pra defender ela, ai ele pegava e me batia mais com minha mãe mesmo era tranqüilo.”. Antigamente as famílias eram em sua maioria um modelo patriarcal, ou seja, o pai além de provedor tinha a autonomia para corrigir os filhos da maneira que acreditasse ser a melhor, porém houve várias mudanças no decorrer dos anos e a agressão como forma de correção não é mais aceita na sociedade (PRATTA; SANTOS, 2007).

Quando a família participa da vida do sujeito, através do apoio emocional e da conversa, as opiniões dos familiares sobre a sua vida ganham uma nova forma de ser vista.

#### **4.1.3 Crime e família**

Como vimos na categoria anterior, muitos familiares buscam dar conselhos aos sujeitos para que abandonassem a criminalidade ou que tivessem cuidado para não serem presos. Em alguns casos relatados pelos participantes da pesquisa, eles com os únicos membros da família a terem sido presos, provocando naquele núcleo familiar um desequilíbrio financeiro e um abalo emocional em todos os membros. Fábio é egresso do sistema prisional, ou seja, já havia sido preso anteriormente, e conta como foia reação da sua família a sua primeira detenção:

“A primeira vez ficou todo mundo surpreso né, por eu ser preso, família nunca tinha acontecido um fato assim que deu ate jornal, saiu estampado no jornal a minha cara. Se sentiram surpresos mais me ajudaram, não me abandonaram, dessa vez agora eu to abandonado.”

Em algumas situações a família acaba sendo pega de surpresa ao saber da detenção do sujeito, como no caso de Hércules que relatou acreditar que seus familiares ficaram em choque ao saber da notícia:

“Afetaram por que foi um choque por que eu sempre fui uma pessoa trabalhadeira ninguém desconfiava disso eu tinha tenho um bom convívio com todos do meu bairro ai foi um choque pra todos não só minha família como os meus vizinhos colegas de escola colegas de serviço foi um choque grande muito grande.”

A forma que as famílias reagem ao receber a notícia da detenção do sujeito é, em sua maioria, de muito desespero, choro e a sensação de irrealidade. Muitas delas dependem financeiramente dos ganhos obtidos pelos reeducandos. Assim “[...] a família do detento também está presa, e não está preparada para enfrentar a perda de um membro alicerce da mesma.” (PINTO; HIRDES, 2006, p. 682).

Para Carlos, durante as visitas, ele consegue observar que a família foi bastante afetada com o seu encarceramento: “Afetou de que eles ficam sofrendo de ta me vendo aqui dentro, eu sofro por estar longe deles também, que eu sempre fui muito próximo a minha irmã, minha mãe [...]”.

Porém existem situações onde o familiar do detento prefere vê-lo atrás das grades do que nas ruas, como no caso de Bruno que antes de ser preso era usuário de drogas e morava nas ruas de Vitória, ele relatou que não soube identificar na visita se a sua irmã estava feliz em revê-lo ou que ela estava chorando de tristeza devido à situação que o mesmo estava vivenciando:

“Quando eu fui preso minha irmã chegou aqui e reagiu de uma forma que não quis demonstrar realmente o que ela tava sentindo, ela se abraçou a mim e começou a chorar, começou a chorar, irmã o que acontece? Você ta chorando por que eu to preso ou você está chorando por que está me vendo vivo ainda?”

O crime também pode ser o determinante na ruptura dessa família com o detento, segundo Pinto e Hirdes (2006, p. 682) “A falta de conhecimento e compreensão do sistema penitenciário, o medo da exposição da família dentro da comunidade carcerária, a pressão de familiares [...], levam uma família a abandonar o detento.”. Antônio além de não ter contato com os seus familiares ainda carrega o sentimento de culpa em relação à saúde da mãe:

“[...] inclusive nem tenho notícias da minha mãe, se ta viva, não sei mais de nada só Deus sabe, e ela deu três derrame entendeu já, depois que eu já estava preso. Eu vejo que se baseia algo, que eu possa ter contribuído também para esse algo, devido a eu preso entendeu!? E ela lá as veiz querendo me ver preocupada com o que pode ta acontecendo comigo e eu puxo assim, um abalo entendeu!?”

Porém existem aqueles familiares que apóiam o sujeito e que sempre comparecem aos dias de visita, como no caso de Daniel que relatou ter apoio familiar devido ao fato de que sua família acredita plenamente que o mesmo seja inocente do crime que está sendo acusado: “Quando você tem uma família que sabe que você não é culpado, eles relaxa né? Apesar de tá preso, eles tão me apoiando por que sabe que eu não tenho culpa, isso tudo não passa de um engano[...]”.

#### 4.1.4 Envolvimento no crime

A maioria dos participantes da pesquisa relatou que já havia sido preso anteriormente, desse modo eram egressos no sistema prisional, como no caso de Gilberto: “minha primeira passagem foi [artigo] 155 dum furto de um celular o segundo foi 155 roubo de bônus [cartão de recarga de celular] [...]”, nessa detenção o mesmo está sendo acusado de homicídio e aguarda julgamento.

Aqueles que estão sendo detidos pela primeira vez afirmam, em sua maioria, terem cometido o crime de maneira impulsiva ou como no caso de Carlos que alega ter cometido o crime como forma de se defender das ameaças feitas pela vítima:

“Foi meio que um flagrantezinho num tem? Aconteceu no sábado, mais eu fui preso na segunda, mais no meu ponto de vista não foi flagrante não, e aconteceu que eu sai na rua fui até a casa dele e peguei uma arma branca que é um machado e dei uma machadada na cabeça dele.”

Na situação de Carlos o crime é descrito como homicídio doloso, ou seja, quando à intenção de matar (GRECO, 2013). Em alguns casos, o autor do crime não reconhece o dolo de sua ação, como no caso de Elias que relatou ter cometido o homicídio como forma de se proteger de uma possível retaliação por parte da vítima: “Na verdade eu não me envolvi com o crime aconteceu um acidente e acabou resultando na morte do senhor por causa de uma briga no trânsito.”.

Foram verificados na pesquisa outros casos onde os sujeitos cometeram homicídios considerados pela justiça como dolosos, mas que para eles configurariam como culposos, ou seja, quando não há intenção de matar, um deles é Gilberto que após ter feito ingestão de bebidas alcoólicas assumiu a direção do seu carro e acabou causando um acidente: “[...] agora fui preso na BR de Pedra Azul num acidente de carro onde eu me encontrava numa Hilux e o rapaz numa Fiorino e nois colidiu de frente e ele chegou a ter morte fatal [...]”. Já no caso de Bruno o mesmo estava fazendo uso de drogas ilícitas junto com outras pessoas quando um dos envolvidos tentou agredi-lo, como meio de se defender, o sujeito utilizou uma faca, porém ele relatou não ter visto como aconteceu o crime:

“[...] esse homicídio nos estávamos usando drogas, ai o rapaz pego usou um pouco a mais e nois estávamos usando a rapa do cachimbo que a resina fica mais forte ainda, ai aquilo deu uma reação nele, ai ele pegou a faca e veio pro meu lado e começou a me segurar dizendo que os homens tava vindo que os homens tava vindo, ai começou a me agredir começo a lutar comigo e eu também já tava alucinado de droga fiquei com medo dele me matar com aquela faca, ai a faca caiu no chão eu peguei a faca dei uma

facada pra trás e sai correndo gritando, nem sabia que ele tinha morrido nem vi onde a faca pegou [...]" (Bruno)

Alguns participantes relatam que não são culpados dos crimes que estão sendo acusados, segundo Rosa e Carvalho (2007, p.162), "Não há como analisar o crime e a pena se não levamos em consideração o criminoso, em seu aspecto sociopsicológico.". Sendo assim o papel do psicólogo seria o de ter uma visão mais aprofundada sobre os reeducandos para que seja possível analisar se o mesmo está dizendo a verdade em relação a não ter culpa do crime cometido.

"Então eu sou inocente e não cometi delito nenhum [...] eu acabei caindo na situação também, ai os policiais que estavam investigando deduziram que eu tinha envolvimento com a quadrilha por que eu tava arrumando advogado, ai colocaram lá como eu sendo o braço direito da quadrilha sendo que eu não tenho nada a ver, tem pessoas que eu nem conheço, fui conhecer agora na triagem por causa do processo." (Daniel)

Podemos perceber que os reeducandos que relatam serem inocentes dos crimes que estão sendo acusados possuem uma maior dificuldade de adaptação na unidade prisional onde estão cumprindo suas sentenças, devido a esse sentimento de injustiça.

#### **4.1.5 Motivações**

Para a psicologia o uso do termo motivação pode ter diversos significados. Segundo Todorov e Moreira (2005, p.120) "Motivação é uma força interna que nos leva a agir, e por ser interna só nós mesmos podemos sentir [...]".

Nesta pesquisa o intuito de analisar as motivações foi para tentar compreender os possíveis fatores que levaram o reeducando a entrar no mundo do crime, desvelando aspectos de sua subjetividade. Dentre esses fatores foram citados a busca em melhorar financeiramente a vida da família, homicídio como meio de se defender e para financiar o uso de entorpecentes.

Como observado no caso de Antônio "[...] falei, vou dar uma casa melhor pra minha mãe, foi à hora que eu achei que ia dar mais acabei só dando desgosto até agora.". O que motivou o reeducando a se envolver com o tráfico de drogas foi a oportunidade de conseguir uma casa para a mãe, porém acabou sendo detido.

A relação entre motivação e o ambiente onde o sujeito se encontra é amplamente discutido pelos estudiosos da área, assim muitos acreditam que a influência do meio

social ao qual a pessoa está inserida proporciona escolhas tanto boas quanto ruins, que vai de acordo com a subjetividade de cada um (TODOROV; MOREIRA, 2005).

De acordo com Fábio, ele começou a se envolver com amigos que já faziam uso de drogas ilícitas e acabou utilizando também:

“Aos dezesseis anos foi com o incentivo dos amigos que eu comecei a fumar maconha na época e como eu precisava de dinheiro e minha família era de baixa renda eles não me davam dinheiro foi onde eu comecei a roubar pra poder obter o uso da maconha e aí eu conheci o mundo do crime pra financiar meu vício.” (Fábio)

O ambiente ao qual Carlos convivia era o de constante ameaça, e como meio de fazer com que essa situação se findasse o reeducando optou por cometer um assassinato:

“Ele me ameaçou por que eu namorava com a prima da mulher dele, aí ela pegava e ficava conversando com a gente não tem? Ali na pracinha, aí ele pegava e tomava umas cachaçinha e ficava tipo animado num tem? E aí ficava me agredindo verbalmente e me ameaçando, aí antes que ele tentasse alguma coisa contra a minha vida eu matei ele.”

Elias também se encontrou o participante em situação de ameaça, ao colidir com outro carro se viu ameaçado pelo outro motorista e dessa forma agiu por impulso, e para se defender cometeu o homicídio, “Pra me defender, como eu já disse antes, eu me senti coagido e não sabia o que ele poderia fazer comigo, então eu me defendi e aconteceu essa fatalidade.”.

Segundo Todorov e Moreira (2005, p. 129), “Um grande erro da Psicologia tem sido tentar explicar toda essa complexidade, quando o mais adequado seria tentar descrever sob quais circunstâncias tais comportamentos complexos ocorrem.”. Portanto saber o momento que o sujeito estava vivenciando para ter tomado a atitude de cometer um ato infracional é extremamente importante para entender o caso.

Alguns participantes relatam ter problemas financeiros e que nos momentos que cometeram os crimes essa falta de recursos acabou levando os mesmos ao mundo do crime. Hércules sonhava em ter um negócio próprio, porém além da falta de recursos a sua esposa estava grávida, assim o reeducando optou em roubar como forma de financiar seus planos:

“Querendo abrir um negócio pra mim pra não precisar mais trabalhar pros outro queria abrir um restaurante queria bater uma laje fazer minha casa e a minha mulher tava grávida queria fazer minha casa por causa disso fui tentar pelo jeito mais fácil [...]” (Hércules)

Já no caso de João, o ambiente onde o sujeito cresceu foi de violência, pois o mesmo era constantemente agredido pelo pai e também presenciava as agressões do mesmo para com a sua mãe. Dessa forma João acredita que seu envolvimento com o crime pode ter relação com as atitudes do seu pai:

“Muito choros, e tipo assim, depois de um tempo que eu tava preso. eu e meu pai viemos conversando, nois conversa muito assim a respeito como eles me criaram entendeu? E as vezes eu deixo bem claro pra ele que ele tem culpa num tem, de tá no crime, por que muitas vez ele podia ter trocado idéia comigo, me chamado pra conversar, mais ele era mais de agressão.”

Percebe-se assim que a motivação de cada sujeito para ter entrado no mundo do crime são várias e que um dos principais fatores é o meio social onde o individuo está inserido bem como a questão do momento que ele está vivenciando.

O sujeito vai constituindo a sua subjetividade através do ambiente e das relações sociais que vai criando ao longo do seu desenvolvimento, podemos perceber que em alguns casos relatados na pesquisa a proximidade com os locais onde vendiam entorpecentes gerou o envolvimento na criminalidade.

#### **4.1.6 Reflexões sobre o crime**

Durante as entrevistas buscou-se refletir os participantes pensavam e sentiam em relação ao crime que haviam cometido, dentre diversas repostas que foram apresentadas, o arrependimento foi falado pela maioria dos reeducandos entrevistados “Me arrependo e muito, penso muito aqui dentro e coloquei minha cabeça no lugar [...]” (Iago).

Cruces (2010, p.148) explica dessa maneira o arrependimento dos sujeitos encarcerados:

A maioria se arrepende de muitos de seus atos e avalia que deixou muita coisa para trás, enquanto estavam em liberdade ou durante a reclusão. Demonstravam arrependimento pelos atos criminosos e, pela culpa manifestada, podemos concluir que esses sentimentos trazem efeitos muito negativos na maneira como se posicionam, nas relações que estabelecem e na própria subjetividade. Relataram, ainda, que passaram por muitos sofrimentos e que dão mais valor à vida e à liberdade por conta disso.

Portanto o arrependimento vai sendo gerado através do tempo que os reeducandos passam na detenção, assim eles acabam refletindo sobre o que fizeram e, na maioria dos casos, pensam em nunca mais realizar novamente o delito. Como no caso de Antônio que se envolveu com o tráfico de drogas:



“Muito nossa, o motivo que eu me arrependo é devido a uma coisa que só traz destruição, ao qual hoje eu abro meus olhos, que antes eu não entendia que o pessoal fazia com essa tal de droga chamada Crack, hoje eu vejo o que o pessoal faz com ela e como tem acabado com muitas famílias entendeu!?”

A reflexão sobre como os delitos afetam outras pessoas também ocorreu com Gilberto que após ingerir bebida alcoólica acabou sofrendo um acidente de carro e o outro motorista morreu na hora, ele relatou que: “[...] tomei uma vida de uma pessoa que estava trabalhando, e eu num fim de semana curtindo, brincando, cheguei a tirar a vida dum pai de família que estava trabalhando.” No caso de Bruno a reflexão gira em torno do sofrimento gerado a mãe da vítima e seus possíveis sentimentos para com o luto vivenciado:

[...] mais imagina o sofrimento da pessoa da família, da pessoa da vítima que ao qual eu tirei, não vai esquecer, eu provavelmente vou esquecer mais o dela, o que eu tirei, a mãe desse rapaz, o pai, os irmãos que o criou desde pequeno até chegar a certa idade, e uma pessoa que ela nem conhece tira a vida do próprio filho que ela carregou, é difícil isso aí, é difícil até mesmo perdoar a pessoa [...]

Dentro de arrependimento também surgiu à referência a família, Fábio relatou que a sua mãe poderia ter lhe oferecido uma oportunidade de trabalho no estabelecimento onde a mesma é proprietária, porém mesmo com qualificação para exercer a função não houve essa possibilidade:

“Acho que assim falta muito de oportunidade também né, igual no meu caso, minha família ter uma padaria eu ser profissional nessa área, aí ela podia tá estendendo a mão pra me ajudar, pra mim não poder tá praticando esses crimes aí, acho que se ela me ajuda eu não praticaria esses crimes aí que eu venho cometendo.” (Fábio)

Nas entrevistas foi possível perceber que alguns sujeitos realmente se sentiam culpados e arrependidos do que haviam feito, dessa maneira os profissionais responsáveis pela reinserção desses encarcerados para a sociedade devem trabalhar em cima dessas reflexões que são apresentadas nos relatos dos detentos.

A partir do arrependimento, alguns dos reeducandos demonstraram que ao sair do presídio vão alertar a outras pessoas que a criminalidade não é o melhor caminho, segundo Pinto e Hirdes (2006, p. 681) “O crime tem sua origem na comunidade e é através dela que deve ser controlado, por intermédio da vontade política e das ações restaurativas do ambiente social.”. Visando alertar as pessoas das comunidades onde vivem, esses reeducandos estão prestando um grande serviço para a população em geral. Elias relatou que conversa muito com os outros detentos sobre

os seus crimes e que os mesmos sempre o procuram com o objetivo de encontrar palavras de consolo:

[...] eu hoje tento ajudar certas pessoas psicologicamente falando, com toda humildade no que eu posso, no que Deus me deu da minha inteligência, da minha capacidade pra largar essas coisas, há deixar um pouco essas coisas e ter a felicidade que é a melhor coisa.”

Em contrapartida temos Hércules que não se arrepende do que fez, porém relata não querer entrar no mundo do crime quando estiver novamente em liberdade: “Se arreponder eu não me arrependo não, mais não quero mais praticá-los [...] por que antes de fazer eu já sabia o que era aquilo, que aquilo era coisa errada, mais eu quis fazer ai eu não me arrependo não, já foi ta feito.”

## 4.2 VIDA PRESENTE DOS REEDUCANDOS

### 4.2.1 Relacionamento familiar

No início desta análise de dados foi observado como era os relacionamentos familiares de alguns dos participantes antes de serem detidos. Na presente categoria foi abordado como essa relação com os familiares durante o cumprimento da pena.

Na pesquisa optou-se por analisar dois grupos: aqueles que recebem visita da família e aqueles que não têm contato familiar.

Os detentos têm contato com a família, recebem visita de 15 em 15 dias, possuem uma relação familiar considerada pelos mesmos como tranqüila: “Supertranqüilo num tem? Chego pra minha mãe e só tento transmitir coisas boas pra ela num tem? Por que a gente não vive bem aqui, não vive não, mais eu tento passar pra ela o melhor possível [...]” (Carlos).

Alguns participantes relatam que devido a detenção houve um fortalecimento dos vínculos familiares, sendo essa aproximação fundamental no enfrentamento da pena. Pratta e Santos (2007, p.250) explicam bem a importância dessa troca de afeto entre o sujeito e seus familiares:

[...] pode-se dizer que é no interior da família que o indivíduo mantém seus primeiros relacionamentos interpessoais com pessoas significativas, estabelecendo trocas emocionais que funcionam como um suporte afetivo importante quando os indivíduos atingem a idade adulta. Estas trocas

emocionais estabelecidas ao longo da vida são essenciais para o desenvolvimento dos indivíduos e para a aquisição de condições físicas e mentais centrais para cada etapa do desenvolvimento psicológico.

Quando a família tem um forte vínculo entre os membros e está presente no desenvolvimento do sujeito o apoio que eles lhe oferecem independe da situação que a pessoa está enfrentando naquele momento, como no caso de Elias:

“Como eu posso te falar? Eu não acho que aumento não mais que fortaleceu mais ainda esse vínculo com a gente, entre nos, esse apoio. Minha mãe, minha irmã, minha irmã mesmo diz: o Júnior nos estamos com você até o final e eu te conheço sei o que você é, toda minha família, toda a minha família, amigos [...]”

Hércules relatou evitar reclamar da detenção com os seus familiares, pois não quer que eles se preocupem com ele, e também observou mudanças positivas no relacionamento entre a sua mãe e a sua esposa:

“No meu modo de ver tá bom, por que na visita você não vai chegar lá e ir dizendo o que tá acontecendo, tem que meio que confortar eles pra não deixar ver que eu tô triste nesse lugar, mais eu posso dizer que tá normal acho, que tá melhor ainda eles viram o que aconteceu e se juntaram [...] eu vejo que eles se uniram bastante, por que antes minha mãe é separada né, minha mulher não ficava lá em casa né, aí depois que eu fui preso ela começou a se envolver mais com a minha família graças a Deus. (D8)”

Com esse sentimento de arrependimento em conjunto com a detenção esse sujeito começa a refletir sobre como ele vivia e a forma que enxergava os membros da sua família, “Valorizo mais hoje, por que mesmo nos momentos de dificuldade eles tão sempre me apoiando.” (Carlos).

#### **4.2.2 Representação social de família**

No que tange a representação social de família para os reeducandos, vale ressaltar que a opinião de cada sujeito foi construída ao longo da sua vida e ganhando interpretações internas, Mameluque (2006, p.628) explica sobre esse conceito de subjetividade intrínseco em todos os seres humanos:

[...] a subjetividade engloba todas as peculiaridades imanentes à condição de ser sujeito, envolvendo as capacidades sensoriais, afetivas, imaginativas e racionais de tal pessoa. Na verdade toda pessoa é uma complexa unidade natural e cultural. Mais que um corpo com funções biológicas e psicológicas com capacidade de transformar o seu meio pelo trabalho e pela linguagem, o ser humano é uma unidade de necessidades, desejos, sentimentos, angústias, temores imaginários, racionalidade e paixões.

A família foi representada pelos participantes como sendo um alicerce em suas vidas, uma benção de Deus, como conforto e de maneira unânime, tanto os detentos

que tem contato com a família quanto aqueles que não recebem visita responderam que a família significa tudo: “[...] primeiro lugar é Deus na nossa vida e segundo é a nossa família que está sempre ao nosso redor que está sempre ali conosco, então família pra mim é tudo.”

Essa representação de família como sendo tudo demonstrou que o papel desses familiares na vida dos detentos, independente de que eles compareçam as visitas ou não, é de grande relevância. Ferrari e Kaloustian (1994, p.12) definem que a família: “[...] propicia os aportes afetivos e, sobretudo materiais necessários ao desenvolvimento e bem-estar dos seus componentes.” Desse modo observamos essa dependência afetiva e material de muitos reeducandos.

Os participantes que recebem visita além de relatarem que a família é tudo, também definem a representação da mesma como sendo uma benção divina, como no caso de Daniel: “Família é uma benção de Deus pra gente, eu passando por isso tudo aqui, to vendo realmente o que é família, quem realmente gosta da gente, ama a gente, vem as visitas, não falta, se preocupa e da conselhos também [...]”.

Outros detentos representam a família como uma fonte de conforto e de estímulo para continuar seguindo em frente mesmo estando encarcerado, Hércules relatou poder contar com o apoio de todos os seus familiares nas situações boas e ruins: “Tudo né, família é a única que te dá força pra lutar, é a pessoa que você tem que confortar em todos os momentos, bons momentos, ruins, não importa o momento que você esteja ela esta lá pra você te confortar e te dando força.”

Os participantes também fazem referência à família como o alicerce em suas vidas, sendo que o papel da mesma é ser o primeiro meio social de qualquer sujeito e onde a pessoa começa a desenvolver as suas aptidões sociais (PRATTA; SANTOS, 2007), “[...] primeiro de tudo pra mim é Jesus, é Deus, que eu sei que Deus é tudo pra mim, depois vem a minha família é o alicerce é educação é o respeito é onde você aprende [...]” (Elias).

Como já relatado anteriormente, os participantes que não recebem visita também definiram que a família tem como representação o tudo, portanto mesmo não tendo interagindo com esses familiares os laços afetivos não foram destruídos.

“A família é tudo, é uma base ao qual nos construímos quando crianças, hoje... se o que eu tenho hoje, o que eu sou hoje, eu agradeço a minha família, a minha mãe que me educou, até o que eu sei da minha vida hoje

eu agradeço a minha mãe, a minha família, meu irmãos que também me ajudaram bastante.” (Gilberto)

Alguns participantes relataram só ter percebido a importância da família após terem sido detidos, como no caso de Antônio:

“Olha pra mim família representa tudo, família ta em primeiro lugar na vida da gente entendeu!? Família é tudo, família é uma coisa maravilhosa, se as pessoas pudesse ter hoje né... ter hoje assim o pensamento que eu penso dentro desse lugar, hoje como faz falta um abraço da família, você ver a sua família, é muito importante a família na vida de qualquer pessoa [...]”

Bruno acredita que uma família estruturada, que apóie o sujeito desde cedo, pode proporcionar um fortalecimento emocional e físico: “[...] uma família hoje bem estruturada, uma família alegre, tranqüila, ela te fortalece no seu crescimento, não só no seu trabalho, mais no seu crescimento na alegria e espiritualmente [...]”.

#### **4.2.3 Família como estratégia de enfrentamento**

No que tange a estratégia de enfrentamento da situação que está vivenciando atualmente, algumas questões da pesquisa estavam relacionadas ao papel da família frente a isso, ou seja, de que forma esses familiares auxiliavam esses sujeitos encarcerados. Alguns dos participantes que recebem visita relataram que a família oferece conselhos e orientações, “Bem eles me orientam que a benção vai chegar e que uma hora tudo vai ser esclarecido.” (Daniel).

Além desses conselhos e orientações alguns reeducandos relatam que algumas famílias estão dispostas a mudar de cidade ou estado como meio de que aquele sujeito quando for solto não se envolva novamente no mundo da criminalidade, como mostra o relato de João “[...] me dando conselho pra sair do crime, pra sair dessa vida, pra mim sair do crime, e que se for preciso nos vamos embora daqui que eles vão comigo.”.

Esse papel da família como estratégia de enfrentamento nos mostra também que os familiares, além de todo o apoio que transmitem durante as visitas, são responsáveis por lhe enviar medicamentos caso haja a necessidade ou que esse determinado tipo de medicamento não tenha no estoque da unidade prisional, “[...] [a família] me auxilia trazendo os remédios que eu tomo, me acompanhando vindo as visitas quando é assistida, quando tem oportunidade sim pelo acrílico [visita no parlatório] [...]”.

O reeducando ao ter esse suporte familiar o apoiando acaba cumprindo a sua sentença com maior tranqüilidade (PINTO; HIRDES, 2006), ou seja, apesar do sofrimento de estar em uma situação de privação de liberdade o sujeito se sente mais aliviado por saber que a família está do seu lado independente do crime que ele esteja sendo acusado.

“Auxilia de uma forma pra mim sair desse lugar, pra ver como eu to sofrendo nesse lugar, no tanto que eles também devem ta sofrendo, me ajuda tipo, as vezes na rua não ta tudo bem, nunca vai ta bom né! Por que eu vou ta aqui sofrendo, mais eles ajudam a me confortar, igual meu pai que ta cuidando do meu filho que agora fez um ano, sempre me dando força mesmo, sempre me ajudando a ficar de pé a não ficar triste não ficar sofrendo.” (Hércules)

De acordo com os participantes que não recebem visita existem alguns que acreditam que o apoio dos familiares vem através das orações, no caso de Antônio o mesmo recebia a visita da sua esposa regularmente, porém ela deixou de comparecer as visitas e o sujeito não teve mais contato nem com a esposa nem com a família, mais acredita que eles estão orando por ele:

“[...] então eles tem me ajudado muito em oração, nesse tempo é dois anos agora que eu não to tendo contato com eles, mais esses cinco anos pra trás que eu passei inclusive minha esposa tava aqui, ela me acompanhou cinco anos e um mês comigo toda visita em cadeia, ela estava lá me visitando entendeu!?”

Todavia existem participantes que relatam terem sido abandonados pelos seus familiares. Tal realidade pode ter como principal causa os desgastes emocionais vivenciados por essa família ao ver um familiar encarcerado o que leva essas pessoas a abandonar o detento (PRATTA; SANTOS, 2007). O reeducando Fábio relatou que a sua mãe havia dito que caso ele fosse novamente detido ela não iria mais acompanhá-lo, desse modo o sujeito se sente abandonado e magoado pela ausência dessa figura mãe.

“[...] minha mãe na primeira prisão ela me acompanhou e falou que se eu viesse preso de novo que ela não ia acompanhar, que ela não ia me ajudar e ela tem feito isso, daí eu acho assim que ela não deveria ta fazendo isso não, apesar de ser o criminoso, tô envolvido na vida do crime, não deveria ta fazendo isso não, isso causa uma revolta muito grande.”

#### **4.2.4 Vivência na detenção**

A maioria dos entrevistados da pesquisa ainda não havia sido julgada, porém estavam em regime fechado como meio de aguardar seu julgamento e assim ser

transferido para outra unidade aonde irá realmente cumprir a sua sentença. Assim foram feitas perguntas durante as entrevistas que elucidavam como era a vida dessas pessoas nesses presídios.

Houve relatos de ociosidade, ou seja, que o sujeito está preso e não realiza nenhum tipo de tarefa, esses reeducandos refletem nas entrevistas um sentimento de frustração devido a esse ócio cotidiano, como o entrevistado Carlos:

“Se for falar pra você que é tranquilo é mentira por que não é tranquilo, tranquilo é lá fora, mais no cotidiano vou falar pra você que eu não to fazendo nada, nada, nada. Acordo, lavo o rosto, escovo os dentes, tomo café, chega a hora do almoço eu almoço, depois eu vou dormir por que não tem nada pra fazer e é sempre essa rotina, final de semana meio de semana é a mesma coisa pra nos.”

Há relatos de discriminação entre os próprios detentos, pois existem aqueles sujeitos que afirmam ser inocentes das acusações e são julgados pelos outros detentos como afirma Daniel sobre como é a sua vida na detenção: “Difícil, difícil você ta pagando sem ter feito nada, é muito difícil no meio de bandido entendeu? A gente é discriminado muitas vezes por que não é bandido, pra quem é trabalhador é difícil mais a gente vai levando.”.

Porém, alguns disseram que esse período de detenção possibilitou, além de uma reflexão acerca dos motivos que o levaram a cometer o ato criminoso, um grande aprendizado tanto no sentido da educação, através de cursos e da escola, como também para a vida:

“[...] eu acho que eu to passando por uma situação de mais aprendizado com quarenta anos de idade, sei que tem pessoas mais velhas do que eu aqui mais eu vou te falar, depois de ter passado por tudo que eu já passei eu to aprendendo a lidar com os problemas e em relação de escutar, de ficar calado, de ver coisas na cela, no convívio do banho de sol, mais graças a Deus eu tenho superado isso mais com a ajuda de Deus.” (Elias)

No que tange a religiosidade, muitos buscam através da leitura da bíblia uma forma de passar o tempo, “O que eu mais faço aqui cotidianamente é ler a palavra do senhor e falar do amor de Deus [...]” (Bruno). Essa forma de distração é vista por alguns detentos como um meio de não ficarem com os pensamentos ociosos, como no relato de Antônio:

“[...] eu tento me ocupar, que eu tento ser muito forte, inclusive eu já venci uma caminhada e tô buscando força em Deus, por que se a gente se afastar só um pouquinho de Deus o inimigo se aproveita da situação que a gente tá e vai colocar um monte de pensamento errado pra gente fazer loucura nesse lugar [...]”

Segundo Tavares e Menandro (2004, p. 90), as unidades prisionais deveriam ter iniciativas de trabalhar com esses sujeitos o seu retorno a sociedade, porém as condições que as unidades prisionais se encontram não possibilitam isso,

Em condições sociais de acentuada iniquidade, como no Brasil atual, as condições das prisões, em combinação com as condições sociais vigentes na sociedade à qual o preso deveria reintegrar-se, não sinalizam qualquer probabilidade razoável de que seja possível ou vantajosa tal reintegração.

Dessa forma projetos que auxiliem os detentos a imaginarem perspectivas de vida fora do mundo da criminalidade proporcionariam aos reeducandos maiores motivações para quando terminassem de cumprir suas penas e retornassem a sociedade.

#### **4.2.5 Influência da detenção na expectativa de vida**

A subjetividade dos detentos vai se constituindo ao longo da sua vida e pode ir se criando novos pensamentos e opiniões devido à situação de ser detido (TAVARES; MENANDRO, 2004), portanto é importante observar como a detenção possibilitou que os reeducandos tivessem uma nova visão em relação a várias questões que antes de ter sido preso o mesmo não se importava.

Para o entrevistado Antônio a felicidade só era possível através dos ganhos materiais que eram alcançados por meio do crime, porém o mesmo relatou que:

“Mudou com certeza, mudou assim de uma forma muito importante a maneira de viver, como você vive, como você ser feliz, por que a felicidade ela ta ai pra gente ser feliz e muitas pessoas procuram sempre o lado errado, achando que vai ser feliz e não encontra só encontra problemas, então eu vejo o mundo, o mundo é muito bom pra gente viver [...]”

Alguns participantes relataram que a detenção oferece a oportunidade para pensar sobre tudo de uma maneira diferente, sendo assim os mesmos passam a fazer várias reflexões acerca do por que o crime não é o melhor caminho e que muitos possuem o desejo de constituir família.

“Mudou, por que as vezes a gente para pra pensar, por que quando chega num lugar desse a gente tem muito tempo pra pensar, muito tempo, então a gente para pra pensar que o mundo não é da maneira que a gente pensa não, a gente pensa que pode fazer e acontecer mais não é assim, não compensa fazer coisa errada, não tem que ter uma vida tranqüila ter uma família, uma mulher, filhos.” (Carlos)



Os reeducandos também se referem ao cárcere como um recomeço de vida, uma forma de recomeçar tudo novamente mais de maneira diferente, como no caso de Bruno que via a detenção como o fim da sua vida:

“Mudou, mudou muito, olha só quando eu cheguei eu achava que estava vindo pra morte mais eu estava completamente errado, foi pra minha vida que mudou muito na cadeia, pra mim muitos falam que a cadeia só piora, piora pra aquele que quer piorar, mais pra aquele que quer mudança não piora [...]”

João relatou ter mudado de comportamento após a detenção, pois antes o mesmo não tinha paciência para conversar com outras pessoas e, devido a sua prisão, acredita ter mudado de atitude:

“[...] poxa, às vezes eu na rua era pouca conversa entendeu, assim não gostava de conversar muito não, entendeu? Era uma pessoa impaciente e isso daí me prejudicou muito, entendeu? Agora depois que eu passei aqui eu vim conversando com as assistentes social, com os agentes, então isso daí me ajuda, essa conversa meio que me ajudou, por causa que na rua eu vivia de outro jeito não tinha paciência com ninguém.”

Porém, existem alguns participantes que após serem detidos não tiveram uma mudança no modo de ver o mundo, pois os mesmos se sentem insatisfeitos com o sistema carcerário ao qual estão inseridos, “Algumas coisas sim por que antes eu achava que cadeia era só pra bandido né, mudou em relação a isso, por que deu pra ver que a justiça falha, que também falha, e que eles não são perfeitos.” (Daniel). Fábio não acredita que houve mudança na forma de perceber o mundo, pois o mesmo prefere separar aquilo que está vivendo na detenção do mundo fora da prisão:

“Não, a mesma coisa, diferente só que a gente tá preso, lá fora a gente vê o mundo igual, que eu falei você vai pra onde você quer ir se volta a hora que você quer, aqui dentro tem regras e você tem que seguir elas, é diferente o mundo daqui, que dentro da cadeia é um mundo lá fora é outro, então no momento que eu to aqui eu tenho que viver esse mundo aqui por que o de lá tá praticamente esquecido, só quando eu voltar pra rua de novo.”

É possível identificar que Fábio não relaciona o que ele vivenciou nas ruas com o que ele vivencia dentro da unidade prisional, portanto o mesmo cria essa distância como meio de não ficar pensando no que está acontecendo fora do presídio.

#### 4.3 RELATOS SOBRE O FUTURO PÓS-LIBERDADE

Os reeducandos responderam sobre questões referentes ao que eles esperavam para o futuro após o cumprimento das suas sentenças, ou seja, quando forem

soltos. Foi possível identificar que alguns não tinham perspectiva de futuro, segundo Tavares e Menandro (2004, p.87) “Quando ele cumpre sua pena e se torna um ex-presidiário típico, a sociedade à qual ele deverá retornar ainda mantém suas condições excludentes intactas.”. Podemos perceber através do relato de Antônio que o receio de como será esse retorno à sociedade permeia seus pensamentos, pois o mesmo relatou que além da condição de ex-detento ele já estará bem mais velho:

“[...] poxa 33 anos sai dessa cadeia com quarenta e poucos anos, uma pessoa de idade, como que arruma emprego. Sabe que é difícil, a saúde já não é mais a mesma, tem muita coisa já que prejudica a gente entendeu, ainda mais nos dias de hoje que a gente tá vivendo nesse mundo de preconceitos, nesse mundo de tudo de tecnologia nova, se um dia eu, eu vou sair completamente sem futuro, se um dia né eu sai, que tudo pode acontecer não tenho mais sonhos, por que eu nem sei se vou sair vivo deste lugar.”

Elias relatou não ter perspectivas para quando for solto, segundo o mesmo é melhor pensar no que está vivenciando no momento do que ficar pensando no futuro, naquilo que ainda irá acontecer:

“[...] eu posso pensar em várias outras coisas mediante o que vai acontecer é que eu vou saber como vai ser a minha vida lá fora, digamos assim eu sei que eu vou ter que seguir em frente, mais eu penso no presente pra não prejudicar a minha psicologia, no meu dia de hoje, eu não fico pensando muito no amanhã eu vivo o hoje, faço o hoje e o amanhã eu às vezes penso, eu deixo as coisas seguirem mediante a fé que eu tenho em Deus.”

Os pensamentos sobre quando serão libertados geram nos detentos vários tipos de sentimentos, dentre eles a frustração. Segundo Cruces (2010, p. 148), “[...] podemos concluir que esses sentimentos trazem efeitos muito negativos na maneira como se posicionam, nas relações que estabelecem e na própria subjetividade.”. Antônio relatou se sentir frustrado e em alguns momentos sofrer oscilações de humor referente à sua situação:

“[...] deu uma frustrada na minha mente entendeu? A minha mente deu uma frustrada, é igual eu falei pra senhora tem momentos que eu tô forte assim tô alegre parece que nada disso tá acontecendo, mais às vezes eu caio na realidade, vem à realidade e eu vejo que eu não tenho mais futuro, não consigo ver mais futuro, tem momentos entendeu tem momentos que dá aquela animada dá aquela alegria mesmo estando preso num lugar desse aqui, mais tem hora que eu paro assim e não consigo ver mais [...]”

Existem também aqueles participantes que possuem uma perspectiva de um futuro melhor, tendo como um importante motivador a família que estará esperando o detento quando ele for libertado e lhe fornecendo o apoio emocional e financeiro (TAVARES; MENANDRO, 2008), “Ter minha família, minha mulher, meu

filho, poderei comprar minha casa, ter um serviço fixo, eu trabalhando minha mulher trabalhando, nos crescendo juntos, minha mente é essa.” (Iago). Alguns dos entrevistados relataram que começaram a estudar no presídio e que a partir disso começaram a pensar em um futuro com maiores possibilidades de trabalho:

“[...] entrei na quarta série e comecei a estudar hoje na cadeia eu já to na sétima série aqui estudando e inclusive to fazendo um curso de três meses e vai me ajudar muito esse curso futuramente para o meu futuro e o futuro meu pra mim vai ser maravilhoso só coisas boas posso estar enxergando de muito longe o meu futuro mais a luneta que eu estou usando eu enxergo muito bem os passos que eu vou seguir.” (Bruno)

No que tange o envolvimento com o crime a grande maioria dos entrevistados relatou não querer voltar a cometer nenhum tipo de delito novamente, para Cruces (2010, p.148) “A maioria se arrepende de muitos de seus atos e avalia que deixou muita coisa para trás, enquanto estavam em liberdade ou durante a reclusão.” Dessa forma o sujeito encara a liberdade após a detenção como uma oportunidade de recomeço, “Futuro meu quando eu tiver lá fora é abrir uma empresa com meu pai num tem? E seguir minha vida em frente, quero trabalhar e nem chegar perto de pessoas que façam coisas erradas [...].” (Carlos).

Esse envolvimento com pessoas que já estão inseridas no crime ou ambientes que são favoráveis para que o sujeito volte a praticá-los são questões que preocupam alguns dos participantes, segundo eles é preciso que haja alguém que os oriente a não voltar para o crime, “Quería forças, queria ajuda e mudar, sair daqui e mudar, não mexer mais com coisa errada, por que não tem futuro não. Eu quero trabalhar e seguir minha vida de maneira correta.” (Gilberto). Alguns acreditam que a única forma de não voltar à criminalidade é mudar de cidade, deixando pra trás aquilo que aconteceu naquela região:

“Foi o que eu te falei, às vezes eu penso em sair do crime, às vezes eu penso em ficar tranqüilo, às vezes eu penso em meter o pé na rua e ir embora pra outro lugar, viver uma vida tranqüila se eu sair do crime, mais viver no lugar que eu vivo, eu não vou conseguir não, por que uma coisa puxa outra, então pra mim sair do crime eu tenho que me mudar.” (João).

É possível identificar que alguns reeducandos tem essa vontade de não retornar a criminalidade quando forem soltos, como meio de recompensar a família por todo o sofrimento que tiveram que vivenciar devido ao seu envolvimento com o crime bem como o medo de retornar ao cárcere.



## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa teve como objetivo analisar sob o ponto de vista dos reeducandos de uma unidade de detenção provisória capixaba, suas diferentes trajetórias de vida, sobretudo em relação ao envolvimento com o crime, relacionamento familiar, representação social família, a vivência dentro do sistema prisional, motivações que levaram os indivíduos a cometer os atos criminosos e reflexões acerca do crime.

Para uma maior compreensão sobre o tema pesquisado a construção do referencial teórico possibilitou o esclarecimento de vários pontos necessários para um melhor entendimento acerca do universo dos detentos.

Na análise da criminalidade no Brasil verificou-se um aumento da população carcerária, com esse grande número de pessoas nas unidades prisionais os profissionais que estão naqueles locais com o objetivo de promover uma reinserção desses sujeitos na sociedade acabam ficando sobrecarregados e não conseguem trabalhar com todos esses reeducandos alternativas de vida que demonstre para os sujeitos que existem possibilidades de não retornar ao mundo do crime ao ser solto. Vale ressaltar que, dentre os vários delitos existentes, três se destacam nesta pesquisa: o homicídio, o roubo e o tráfico de drogas, esses crimes são os que mais levam pessoas a detenção, portanto é importante entender o significado de cada um e a forma que os sujeitos são julgados ao cometer esses atos criminosos.

No que tange o sistema penitenciário brasileiro foi possível perceber que houve uma mudança gradual no sentido de melhorar esses espaços com o objetivo de humanizar esses ambientes para aqueles sujeitos que estão encarcerados. A criação da Lei de Execução Penal em 1984 possibilitou a inserção de profissionais como psicólogos e assistentes sociais no sistema carcerário, porém devido ao aumento no número de detentos, os serviços que esses profissionais prestam dentro dessas instituições vêm sendo prejudicados e em muitas situações o trabalho que deveria ser realizado com as famílias desses sujeitos acaba não acontecendo.

A família é um importante pilar na vida de qualquer pessoa, visto que é o primeiro meio social onde o sujeito está inserido e é também onde ele começará a se preparar para o convívio com a sociedade. O significado do que é família passou por várias transformações ao longo dos anos, percebe-se que na contemporaneidade a um valor maior acerca da individualidade, desse modo os valores transmitidos pela

família vão perdendo força. Porém, em pesquisas feitas com detentos foi possível perceber que a família quando apóia o sujeito, independente do crime cometido, o mesmo passa a vivenciar esse momento de detenção com maior tranquilidade.

A análise dos dados obtidos nas entrevistas possibilitou uma visão privilegiada acerca da subjetividade desses participantes. O relacionamento familiar relatado pela maioria mostrou que os familiares sempre foram um apoio emocional e afetivo na vida dos mesmos. Para aqueles que recebem visita esse apoio da família durante o período de detenção mostrou-se fundamental, devido ao fortalecimento desse vínculo com essas pessoas além da possibilidade de fornecer medicamentos e documentos quando o sujeito necessita na unidade. Para aqueles que não possuem contato com a família essa ausência, apesar de ser sentida como abandono por parte de alguns participantes, outros acreditam que apesar da distância essa família está orando por eles.

No que tange a criminalidade a pesquisa revelou que alguns fatores foram determinantes para o envolvimento desses detentos com o crime, dentre eles o envolvimento de membros da família com atos criminosos, a falta de estudo bem como a falta de oportunidades de trabalho.

Alguns dos participantes buscavam melhorar as condições de vida da família, como meio de se defender acabou cometendo o assassinato, dentre outros. Assim verificou-se que à uma falta de políticas públicas que auxiliem as famílias de baixa renda, o que gera um grande número de jovens sem oportunidade na vida que acabam encontrando no crime o caminho mais fácil.

A representação social desses sujeitos sobre família nesta pesquisa mostrou que, todos os participantes, possuem em comum a opinião de que família é tudo. Ao fazer referência à família como sendo tudo, podemos perceber que o papel da família como base social foi internalizado e continua presente em todos os participantes independente de que os mesmos recebam ou não visita. Além de ser tudo, os familiares também foram representados como a força que os motiva a continuar, o alicerce que sustenta alguns dos participantes e como uma benção de Deus, e os reeducandos relatam que quando forem soltos não querem mais decepcionar a família.

Os participantes relataram como é a vida dentro dessa instituição penal. A maioria reclama de ociosidade, esse ócio gera nos sujeitos um sentimento de frustração por não terem algo que fazer com o tempo livre. Uma parte desses sujeitos estava estudando, e relatam essa importância do estudo para o futuro quando forem soltos. Outros buscam na leitura uma alternativa saudável para passar o tempo, sendo que o livro mais relatado nas entrevistas é a bíblia.

As reflexões sobre os crimes geradas após a detenção mostrou que muitos desses participantes se arrependem do que fizeram para as vítimas e suas famílias. O relato da maioria dos reeducandos é a de que após serem libertados os mesmos não querem retornar a criminalidade, porém muitos não têm conhecimento de como iram ter alternativas que não envolvam o crime. Em relação a esse futuro pós liberdade, alguns participantes relatam sentirem que serão julgados ao serem libertados, ou seja, o status de criminoso estará sempre presente em suas vidas e que a sociedade não irá acolhê-los.

Com a realização da pesquisa, foi possível compreender que a família é a chave para que os sujeitos não cometam crimes devido a serem considerados tudo para esses participantes, ou seja, uma família apoiada pelas políticas públicas poderia evitar que essas pessoas buscassem na criminalidade maneiras de conseguir dinheiro. Esse apoio também se mostra fundamental quando o sujeito está preso, pois é nas visitas que o mesmo consegue vislumbrar o que está acontecendo fora do presídio e mostra que a família está pronta para acolhê-lo quando for solto.

Como sugestão para os pesquisadores que buscam essa área como estudo seria o de avaliar quais os trabalhos que estão sendo feitos nas unidades prisionais com os familiares dos detentos, além de buscar entender quais os direcionamentos que esses sujeitos recebem quando são reinseridos novamente na sociedade.

Na elaboração do trabalho houve dificuldades em conseguir participantes, mesmo após a explicação de que as informações encontradas nas entrevistas seriam mantidas em sigilo, muitos não quiseram participar. Esse receio também foi exposto como medo de que essa pesquisa, de algum modo, pudesse interferir no andamento do julgamento dos reeducandos.

Enquanto aluna concluinte do curso de psicologia, a relevância desta pesquisa se deu ao fato de se trabalhar com sujeitos que, de maneira geral, são excluídos ou

criticados pela sociedade. A importância de se ter contato com o trabalho realizado por psicólogos dessas instituições possibilitou uma nova visão acerca das possibilidades da profissão no campo jurídico.



## REFERÊNCIAS

ALEXANDRE, M. Representação Social: uma genealogia do conceito. **Revista Comum (Rio de Janeiro)**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 23, p. 122-138, 2004. Disponível em:<<http://www.sinpro-rio.org.br/imagens/espaco-do-professor/sala-de-aula/marcos-alexandre/Artigo7.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014

ALVES-MAZZOTTI, A. J. Representações sociais: Aspectos teóricos e Aplicações à educação. **Revista Múltiplas Leituras**, São Paulo, v.1, n. 1, p. 18-43, 2008. Disponível em:<<https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/ML/article/viewFile/1169/1181>>. Acesso em: 12 ago. 2014

ARAUJO, M. C. A teoria das representações sociais e a pesquisa antropológica. **Revista Hospitalidade**. São Paulo, n. 2, p. 98-119, 2008. Disponível em:<<http://www.revistas.univerciencia.org/turismo/index.php/hospitalidade/article/viewFile/155/180>>. Acesso em: 10 ago. 2014

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BENELLI, S. J. A Instituição total como agência de produção de subjetividade na sociedade disciplinar. **Estudos de Psicologia**. Campinas, v. 21, n. 3, p. 237-252, 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/estpsi/v21n3/v21n3a08.pdf>>. Acesso em: 11 ago. 2014

BENCZIK, E. B. P. A importância da figura paterna para o desenvolvimento infantil. **Rev. Psicopedagogia**. São Paulo, v. 28, n. 85, p. 67-75, 2011. Disponível em:<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/psicoped/v28n85/07.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2015

BRASIL. Código Penal (1940). Decreto-Lei nº 2.848, de 07 de Dezembro de 1940 alterado pela Lei nº 9.777 em 26 de Dezembro de 1998. Da Aplicação da Lei Penal. Poder Judiciário Federal, Brasília, DF, 07 dez. 1940. Disponível em:<[http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt\\_bra-int-text-cp.pdf](http://www.oas.org/juridico/mla/pt/bra/pt_bra-int-text-cp.pdf)>. Acesso em: 29 mai. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de Agosto de 2006. Congresso Nacional decreta e sanciona a Lei. **Presidência da República**, Brasília, DF, 23 ago. 2006. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm)>. Acesso em: 29 mai. 2015.

BRASIL. Lei nº 7.210, de 11 de Julho de 1984. Institui a Lei de Execução Penal. **Diário Oficial da União**, Poder Executivo, Brasília, DF, 13 jul. 1984. Disponível em:<[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L7210.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L7210.htm)>. Acesso em: 9 ago. 2014.

CASTRO, P. Notas para uma leitura da Teoria das Representações Sociais em Serge Moscovici. **Revista Análise Social**, v. XXXVII, n. 164, p. 949-979, 2002. Disponível em:<<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1218735660J7vJF3sv2Ck99QR5.pdf>>. Acesso em: 9 ago. 2014

CARVALHO, I. M. M.; ALMEIDA, P. H. Família e proteção social. **São Paulo em Perspectiva**. São Paulo, v.17, n.2, p. 109-122, 2003. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/spp/v17n2/a12v17n2.pdf>>. Acesso em: 10 set. 2014

CESCA, T.B. O papel do psicólogo jurídico na violência intrafamiliar: possíveis articulações. **Psicol. Soc. [online]**, Porto Alegre, v.16, n.3, p. 41-46, 2004. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n3/a06v16n3.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014

CHIES, L. A. B. A questão penitenciária. **Revista Tempo Social**, São Paulo, v. 25, n. 1, p. 15-36, 2013. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/ts/v25n1/02.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2014

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **A prática profissional dos(as) psicólogos(as) no Sistema Prisional**, Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação das(os) psicólogas(os) no sistema prisional**, Brasília, Conselho Federal de Psicologia, 2012.

CONTE, M.; OLIVEIRA, C. S.; HENN, R. C.; WOLFF, M. P. Consumismo, uso de drogas e criminalidade: riscos e responsabilidades. **Psicologia Ciência e Profissão**. Porto Alegre, v. 27, n. 1, p. 94-105, 2007. Disponível em:<<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v27n1/v27n1a08.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

COYLE, A. Administração Penitenciária: Uma Abordagem de Direitos Humanos. **Manual para servidores penitenciários International Centre for Prison Studies**. Londres, 2002. Disponível em:<[http://www.hawaii.edu/hivandaids/A\\_Human\\_Rights\\_Approach\\_to\\_Prison\\_Management\\_\(Portugese\).pdf](http://www.hawaii.edu/hivandaids/A_Human_Rights_Approach_to_Prison_Management_(Portugese).pdf)>. Acesso em: 1 ago. 2014

CRUCES, A. V. V. A situação das prisões no Brasil e o trabalho dos psicólogos nessas instituições: uma análise a partir de entrevistas com egressos e reincidentes. **Boletim Academia Paulista de Psicologia**. São Paulo, v. 78, n. 1, p. 136-154, 2010. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/pdf/946/94615157010.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2014.

CRUZ, M. V. G.; SOUZA, L. G.; BATITUCCI, E. C. Percurso recente da política penitenciária no Brasil: o caso de São Paulo. **Rev. Adm. Pública**. São Paulo, v. 47, n. 5, p. 1307-1325, 2013. Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1590/S0034-76122013000500011>>. Acesso em: 10 mai. 2014.

DEPEN/CFP. **Diretrizes para atuação e formação dos psicólogos do sistema prisional brasileiro**. Brasília, 2007.

DULLIUS, A. A.; HARTMANN, J. A. M. Análise do sistema prisional brasileiro. **Âmbito Jurídico**, Rio Grande do Sul, v. XIV, n. 95, 2011. Disponível em:

<[http://ambito-juridico.com.br/site/?artigo\\_id=10878&n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura](http://ambito-juridico.com.br/site/?artigo_id=10878&n_link=revista_artigos_leitura)>. Acesso em: 21 mai. 2014.

FARIA, A. A. C.; BARROS, V. A. Tráfico de drogas: uma opção entre escolhas escassas. **Psicol. Soc. [online]**, Florianópolis, v.23, n.3, p. 536-544, 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0102-71822011000300011&pid=S0102-71822011000300011&pdf\\_path=psoc/v23n3/11.pdf](http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0102-71822011000300011&pid=S0102-71822011000300011&pdf_path=psoc/v23n3/11.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2015.

FARR, R. M. Representações sociais: A teoria e sua história. In: GUARESCHI, P.; S. JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, p. 31-59, 1995.

FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. **Saúde e Sociedade**. São Paulo, v. 14, n. 2, p. 50-59, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v14n2/06.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2014

GARCIA, J. J. G.; PILLON, S. C.; SANTOS, M. A. Relações entre contexto familiar e uso de drogas em adolescentes de ensino médio. **Rev. Latino-Am. Enfermagem**, São Paulo, p. 753-761, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rlae/v19nspe/13.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2015.

GARUTTI, S.; OLIVEIRA, R. C. S. A prisão e o sistema penitenciário – uma visão histórica. **Seminário de Pesquisa do PPE**, Maringá, n. 9, p.1-31, 2012. Disponível em: <[www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2012/trabalhos/co\\_02/036.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2012/trabalhos/co_02/036.pdf)>. Acesso em: 21 mai. 2014.

GIL, Antônio C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar**. 9. ed. São Paulo: Record, 2005.

GREGO, R. **Código Penal Comentado**. 7. ed. Rio de Janeiro: Impetus, 2013.

GUIMARÃES, T. A.; LUNA, S. V. Projetos de Reintegração Social do Presidiário: Uma Leitura Comportamental. **Temas em Psicologia**, São Paulo, nº2, p.439-449, 2013. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/tp/v21n2/v21n2a11.pdf>>. Acesso em: 12 mai. 2015.

HERZLICH, C. A problemática da representação social e sua utilidade no campo da doença. **PHYSIS: Rev. Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v.15, p. 57-70, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/physis/v15s0/v15s0a04.pdf>> Acesso em 29 mai. 2014.

KALOUSTIAN, S. M; FERRARI, M. INTRODUÇÃO. In:\_\_\_\_\_. **Família Brasileira a base de tudo**. São Paulo: Cortez, 1994, p. 11-15.

LAGO, V. M.; AMATO, P.; TEIXEIRA, P. A.; ROVINSKI, S. R. L.; BANDEIRA, D. R. Um breve histórico da psicologia jurídica no Brasil e seus campos de

atuação. **Estud. psicol. (Campinas) [online]**, São Paulo, v. 26, n. 4, p. 2009. Disponível em: <[http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0103-166X2009000400009&pid=S0103-166X2009000400009&pdf\\_path=estpsi/v26n4/09.pdf](http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0103-166X2009000400009&pid=S0103-166X2009000400009&pdf_path=estpsi/v26n4/09.pdf)> Acesso em: 10 mai. 2015.

LAVILLE, C.; DIONNE, J. **A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas**. Porto Alegre: ARTMED, 1999.

LIMA, R. C. P. Mudança das práticas sócio-educativas na FEBEM-SP: as representações sociais de funcionários. **Psicol. Soc. [online]**, São Paulo, v.18, n.1, p. 56-62, 2006. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/psoc/v18n1/a08v18n1.pdf>>. Acesso em: 01 jun. 2014.

MAMELUQUE, M. G. C. A subjetividade do encarcerado, um desafio para a psicologia. **Psicologia Ciência e Profissão**, Brasília, v. 26, n. 4, p.620-631, 2006. Disponível em: <[http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1414-98932006000400009&pid=S1414-98932006000400009&pdf\\_path=pcp/v26n4/v26n4a09.pdf](http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S1414-98932006000400009&pid=S1414-98932006000400009&pdf_path=pcp/v26n4/v26n4a09.pdf)>. Acesso em: 28 mai. 2015.

MORETTI-PIRES R. O.; CARRIERI C. G.; CARRIERI G. G. O Estado frente à temática das drogas lícitas e ilícitas: avanços da nova legislação e desafios frente ao Sistema Único de Saúde. **Revista Eletronica Saúde Mental Álcool e Drogas**, Ribeirão Preto, v.4, n.2, p..1-13, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/smadv4n2/v4n2a02.pdf>>. Acesso em: 15 mai.2015.

NASCIMENTO, A. I. C.; TEODORO, M. L. F.; CARVALHO, M. J. C. A influência das relações familiares no comportamento infrator de adolescentes. In: V Simpósio Internacional sobre Juventude Brasileira, 2012, Recife. **Projeto de pesquisa...** Recife: V Jubra, 2012, p. 1-14. Disponível em: <<http://www.unicap.br/jubra/wp-content/uploads/2012/10/TRABALHO-147.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015

NORONHA, E. D. "Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil. **Revista bras. Ci. Soc. [online]**, São Paulo, v.18, n.53, p. 111-129, 2003. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n53/18081.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015.

OLIVEIRA, C. L. Um apanhado teórico-conceitual sobre a pesquisa qualitativa: tipos, técnicas e características. **Revista Travessias**. Paraná, v. 2, n. 3, 2008. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/travessias/article/view/3122>>. Acesso em: 7 jun. 2014.

PEIXOTO, B. T.; LIMA, R. S. de; DURANTE, M. O. Metodologias e criminalidade violenta no Brasil. **São Paulo Perspec. [online]**, v.18, n.1, p. 13-21, 2004. ISSN 0102-8839. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/spp/v18n1/22222.pdf>>. Acesso em: 10 mai. 2015

PINTO, G.; HIRDES, A. O processo de institucionalização de detentos: perspectivas de reabilitação e reinserção social. **Esc. Anna Nery [online]**. Rio Grande do Sul, v.

10, n. 4, p. 678-683, 2006. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S1414-81452006000400009>> . Acesso em: 22 mai. 2014.

PRATTA, E. M. M.; SANTOS, M. A. Família e Adolescência: A Influência do Contexto Familiar no Desenvolvimento Psicológico de seus Membros. **Psicologia em Estudo**, Maringá, v. 12, n. 2, p. 247-256, 2007. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/pe/v12n2/v12n2a05.pdf>> Acesso em: 15 mai. 2015.

RESENDE, J. P. de; ANDRADE, M. V. Crime social, castigo social: desigualdade de renda e taxas de criminalidade nos grandes municípios brasileiros. **Estud. Econ. [online]**, São Paulo, v.41, n. 1, p. 173-195, 2011. Disponível em:<[http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0101-41612011000100007&pid=S0101-41612011000100007&pdf\\_path=ee/v41n1/07.pdf](http://www.scielo.br/readcube/epdf.php?doi=10.1590/S0101-41612011000100007&pid=S0101-41612011000100007&pdf_path=ee/v41n1/07.pdf)> Acesso em: 10 jan. 2015.

RIBEIRO, P. G. **Estudo das Representações Sociais dos usuários de maconha**. 2009. 90 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Administração) – Departamento de Ciências Administrativas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul, 2009.

ROAZZI, A.; FEDERICCI, F. C. B.; WILSON, M. A estrutura primitiva da representação social do medo. **Psicol. Reflex. Crit.[online]**, Pernambuco, v.14, n.1, p. 57-72, 2001. Disponível em:<<http://dx.doi.org/10.1590/S0102-79722001000100005>> . Acesso em: 15 mai. 2014.

ROSA, T.; CARVALHO, M. O comportamento criminoso: aspectos jurídicos, sociais e psicológicos do crime de homicídio. In: CARVALHO, M. C. N. de.; MIRANDA, V. R. **Psicologia jurídica – Tema de aplicação I**. 1ª Ed. Curitiba: Juruá, 2007, p. 159 – 177.

SÁ, C. P. **Núcleo central das representações sociais**. 2. ed. Rio de Janeiro: Vozes, 1996.

SARTI, C. A. Família e individualidade: um problema moderno. In: CARVALHO, M. C. B. (Org). **A família contemporânea em debate**. 2 ed. São Paulo: Editora da PUC-SP, 1997. p. 39-49.

SCHENKER, M.; MINAYO, M. C. S. Fatores de risco e de proteção para o uso de drogas na adolescência. **Ciênc. saúde coletiva [online]**, Rio de Janeiro, v.10, n.3, p. 707-717, 2005. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csc/v10n3/a27v10n3.pdf>>. Acesso em: 2 mai. 2015.

SECRETARIA DE JUSTIÇA DO ESPÍRITO SANTO. **Diretrizes e Procedimentos Psicologia no Sistema Penitenciário do Estado do Espírito Santo**, 2009. Disponível em: <[http://www.sejus.es.gov.br/download/Manual\\_Psicologo\\_Sejus.pdf](http://www.sejus.es.gov.br/download/Manual_Psicologo_Sejus.pdf)>. Acesso em: 15 mai. 2014.

SPINK, M. J. P. O Conceito de Representação Social na Abordagem Psicossocial. **Cad. Saúde Públ.**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 300-308, 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/17.pdf>>. Acesso em: 11 nov. 2014.

TAVARES, G. M.; MENANDRO, P. R. M. Atestado de exclusão com firma reconhecida: o sofrimento do presidiário brasileiro. **Revista Psicologia, Ciência e Profissão**, Brasília, v. 24, n. 2, p. 86-99, 2004. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/pcp/v24n2/v24n2a10.pdf>>. Acesso em: 20 ago. 2014.

TAVARES, G. M.; MENANDRO, P. R. M. Trajetórias de vida de presidiários e possíveis sentidos para a prisão. **Rev. psicol. polít. [online]**, São Paulo, v.8, n.15, p. 121-138, 2008. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rpp/v8n15/v8n15a09.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2014.

TEIXEIRA, E. D. **A reinserção do preso egresso à sociedade brasileira**. 2011. 18f. Trabalho acadêmico - Curso de Direito da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Unidade Universitária de Naviraí, Mato Grosso do Sul. Disponível em: <<http://periodicos.uems.br/novo/index.php/direitoedireitos/article/download/1220/795>> Acesso em: 10 jan. 2014.

TODOROV, J. C.; MOREIRA, M. B. O conceito de motivação na psicologia. **Revista Brasileira de Terapia Comportamental e Cognitiva**, Brasília, v. VII, n. 1, p. 119-132, 2005. Disponível em: <<http://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbtcc/v7n1/v7n1a12.pdf>>. Acesso em: 23 mai. 2015.

VIOTO, A. P. **O caráter ressocializador das penas**. 2008. 58 f. Monografia (Bacharelado em Direito) – Faculdades Integradas “Antônio Eufrásio de Toledo”, Faculdade de Direito de Presidente Prudente, Presidente Prudente, 2008.

WAGNER, W. Descrição, explicação e método na pesquisa das representações sociais. In: GUARESCHI, P.; S. JOVCHELOVITCH, S. (Org.). **Textos em Representações Sociais**. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1995. p. 149-186.

## APÊNDICE A

Entrevista Semiestruturada

Idade:

Delito cometido:

Tempo de pena:

Regime:

Profissão:

Recebe visita: ( ) sim ( ) não? Se sim, que visita e com que frequência?

Composição familiar:

Questões

- a) Fale um pouco sobre a sua vida antes de ser detido.
- b) Fale sobre seu relacionamento familiar antes.
- c) Sua família tinha conhecimento dos seus atos? Como eles se sentiam?
- d) Quando começou as suas atividades criminosas? Foi preso antes ou essa é a primeira vez?
- e) O que o levou a praticá-lo?
- f) O que pensa sobre essas práticas?
- g) Você se arrepende desses delitos? Por quê?
- h) As suas atividades criminosas afetaram a sua família? De que forma? Qual reação ele tiveram após sua detenção?
- i) Como é o seu relacionamento familiar atualmente?
- j) Pra você o que representa a família?
- k) Sua família te auxilia no enfrentamento da sua situação atual? Como?
- l) Como é sua vida aqui na detenção? O que você faz?
- m) A permanência no presídio mudou o seu modo de ver o mundo? Se sim explique?
- n) Em relação a sua família, mudou algo?
- o) Como você enxerga o futuro após a liberdade?

## APÊNDICE B–Tabela dados sociodemográficos

| Sujeito                    | D1                             | D2   | D3                     | D4                              | D5  | D6                      | D7   | D8                               | D9   | D10                 |
|----------------------------|--------------------------------|--|------------------------|---------------------------------|---|-------------------------|--|----------------------------------|--|---------------------|
| Idade                      | 33                             | 37   | 25                     | 35                              | 40  | 31                      | 30   | 23                               | 24   | 23                  |
| Tempo de pena              | 20 anos                        | Provisório   | Provisório             | Provisório                      | Provisório  | Provisório              | Provisório                                       | 6 anos e 8 meses                 | Provisório                                   | Provisório          |
| Delito cometido            | 33 – tráfico                   | 121 – homicídio  | 121 – homicídio        | 33 – tráfico                    | 121 – homicídio   | 157 - roubo             | 180 – posse de produto roubado e 121 – homicídio | 157 – roubo                      | 33 – tráfico                                 | 121 – homicídio     |
| Tipo de regime de detenção | Regime fechado                 | Aguardando sentença  | Aguardando sentença    | Aguardando sentença             | Aguardando sentença   | Aguardando sentença     | Aguardando sentença                              | Semi-aberto                      | Aguardando sentença                          | Aguardando sentença |
| Profissão                  | Vendedor                       | Pintor   | Lavrador               | Vigilante                       | Ex jogador profissional de futebol, pintor industrial (trabalha embarcado) e montador de forros PVC | Ajudante de panificação | Ajudante de pedreiro                             | Ajudante de cozinha              | Lavrador                                     | Ajudante de padeiro |
| Componentes familiares     | Pai, mãe, 14 irmãos e 4 filhos | Mãe, 14 irmãos e 3 filhos, cada filho mora com uma ex-mulher | Mãe, pai e dois irmãos | Esposa, filha e pais de criação | Mãe, pai, irmão, irmã e dois filhos   | Mãe, irmã e filho       | Mãe e irmãos                                     | Mãe, pai, irmãos, esposa e filho | Pai, irmã, irmão (preso), esposa e uma filha | Mãe, pai e uma irmã |
| Recebe visita              | Não                            | Não  | Sim                    | Sim                             | Sim   | Não                     | Não  | Sim                              | Não  | Sim                 |



APÊNDICE C – Termo de consentimento livre e esclarecido

## **FACULDADE CATÓLICA SALESIANA DO ESPIRITO SANTO**

---

### **TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO**

**TÍTULO DA PESQUISA:** Representação Social de família para os reeducandos do CDPVII

**PESQUISADOR RESPONSÁVEL:** Alexandre Cardoso Aranzedo

#### **JUSTIFICATIVA, OBJETIVOS E PROCEDIMENTOS DA PESQUISA**

Essa pesquisa poderá ser mais uma ferramenta de informação para psicólogos que trabalham no sistema penitenciário bem como um suporte científico para outros acadêmicos que se interessem pelo tema. A contribuição deste trabalho para a sociedade será o de mostrar uma realidade desconhecida para a maioria da população que tem uma visão pouco ou nada humanitária em relação aos detentos, sendo que essas pessoas após cumprir com o que devem a justiça, voltaram a estar inseridos na sociedade.

#### **OBJETIVO GERAL**

Analisar sobre o relacionamento familiar, representação social de família e criminalidade para alguns dos reeducandos do Sistema Prisional do estado do Espírito Santo.

#### **PROCEDIMENTO DA PESQUISA**

Quanto aos fins, esta será uma pesquisa qualitativa realizada em um Centro de Detenção Provisória do estado do Espírito Santo, os sujeitos que participaram do estudo, dez detentos sendo todos homens com faixas-etárias diferentes,

variando de 18 a 60 anos, As entrevistas semi-estruturadas como instrumento de coleta de dados, que serão realizadas de forma individual, sendo uma pesquisa qualitativa com o intuito de poder ter uma análise acerca do que foi exposto nas entrevistas e conseguir comparar as respostas dos sujeitos.

### **DESCONFORTO E POSSÍVEIS RISCOS ASSOCIADOS À PESQUISA**

Nesta pesquisa serão seguidas as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisas envolvendo seres humanos do CONEP, órgão do Conselho Nacional de Saúde, estabelecidas na Resolução 196/96 de 10/10/1996, entre os quais as garantidas de participação livre e esclarecida, de anonimato e de sigilo quanto ao uso das informações prestadas. Vale ressaltar que a participação nessa pesquisa não gera complicações legais ao participante, porém algumas perguntas podem gerar desconforto ao mesmo devido fato de estarem relacionadas com aspectos da vida de vida dos participantes, caso ocorra algum desconforto, os participantes serão encaminhados para o setor de psicologia da unidade.

### **BENEFÍCIOS DA PESQUISA**

A pesquisa irá possibilitar aos psicólogos da área jurídica bem como os estudantes que se interessam por esse tema uma visão acerca da subjetividade do detento em relação a sua própria família, desse modo seria possível realizar um trabalho com essas pessoas respaldado nesta pesquisa, onde o objetivo seria o de mostrar a esses sujeitos que existem outras alternativas ao sair do presídio já que o seu núcleo familiar o aguarda.

### **MÉTODOS ALTERNATIVOS EXISTENTES**

#### **FORMA DE ACOMPANHAMENTO E ASSISTÊNCIA**

Quando necessário, o voluntário receberá toda a assistência aos agravos decorrentes das atividades da pesquisa. Basta procurar o(a) pesquisador (a) Alexandre Cardoso Aranzedo pelo telefone pessoal 3331-8566, e também no endereço Av. Vitória, 950 - Forte São João, Vitória - ES, 29017-022.

## ESCLARECIMENTOS E DIREITOS

Em qualquer momento o voluntário poderá obter esclarecimentos sobre todos os procedimentos utilizados na pesquisa e nas formas de divulgação dos resultados. Tem também a liberdade e o direito de recusar sua participação ou retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem prejuízo do atendimento usual fornecido pelos pesquisadores.

## CONFIDENCIALIDADE E AVALIAÇÃO DOS REGISTROS

As identidades dos voluntários serão mantidas em total sigilo por tempo indeterminado, tanto pelo executor como pela instituição onde será realizado e pelo patrocinador. Os resultados dos procedimentos executados na pesquisa serão analisados e alocados em tabelas, figuras ou gráficos e divulgados em palestras, conferências, periódico científico ou outra forma de divulgação que propicie o repasse dos conhecimentos para a sociedade e para autoridades normativas em saúde nacionais ou internacionais, de acordo com as normas/leis legais regulatórias de proteção nacional ou internacional.

## CONSENTIMENTO PÓS-INFORMAÇÃO

Eu, \_\_\_\_\_, portadora de Carteira de identidade nº \_\_\_\_\_ expedida pelo Órgão \_\_\_\_\_, por me considerar devidamente informado(a) e esclarecido(a) sobre o conteúdo deste termo e da pesquisa a ser desenvolvida, livremente expresse meu consentimento para inclusão, como sujeito da pesquisa. Fui informado que meu número de registro na pesquisa é \_\_\_\_\_ e recebi cópia desse documento por mim assinado.

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Participante Voluntário DATA

\_\_\_\_\_  
Impressão Dactiloscópica

(p/ analfabeto)

\_\_\_\_\_  
Assinatura do Responsável pelo Estudo

\_\_\_\_\_  
Data